

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL.**

Comissão Própria de Avaliação

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Bento Gonçalves - RS, março de 2014.

Organização:

Márcia Amaral Corrêa de Moraes (*campus* Porto Alegre)

Leonardo da Silva Cezarini (Reitoria)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Dilma Rousseff
Presidente da República

Henrique Paim
Ministro da Educação

Aléssio Trindade de Barros
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Cláudia Schiedeck Soares de Souza
Reitora

Giovani Silveira Petiz
Pró-reitor de Administração

Oswaldo Casares Pinto
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Amilton de Moura de Figueiredo
Pró-reitor de Ensino

Viviane Silva Ramos
Pró-reitora de Extensão

Júlio Xandro Heck
Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)

Membros Natos

Reitora - Presidente

Cláudia Schiedeck Soares de Souza

Câmpus Bento Gonçalves

Luciano Manfroi

Câmpus Canoas

Mariano Nicolao

Câmpus Caxias do Sul

Tatiana Weber

Câmpus Erechim

Eduardo Angonesi Predebon

Câmpus Farroupilha

Ivan Jorge Gabe

Câmpus Feliz

Giovani Forgiarini Aiub

Câmpus Ibirubá

Migacir Trindade Duarte Flôres

Câmpus Osório

Roberto Saouaya

Câmpus Porto Alegre

Paulo Roberto Sangoi

Câmpus Restinga

Gleison Samuel do Nascimento

Câmpus Rio Grande

Luis Angelo Sobreiro Bulla

Câmpus Sertão

Lenir Antônio Hannecker

Representantes da Sociedade Civil

Entidade Patronal: (Simplás)

Titular: Eugênio Razzera

Suplente: Ivonir Bertollo

Representante do Setor Público/Câmara Vereadores de Osório/RS

Jussanã de Paula Marques

Representantes dos Egressos

Representantes dos servidores docentes

Câmpus Canoas

Titular : Cláudio Antônio Cardoso Leite

Suplente: Leandro Raizer

Câmpus Caxias do Sul

Titular: Rudinei Fiorio

Suplente: André Luiz Portanova Laborde

Câmpus Erechim

Vinicius Karlinski de Barcellos

Câmpus Farroupilha

Titular: Caren Fulginiti da Silva

Suplente: Edson Luiz Francisquetti

Câmpus Feliz

Titular: Túlio Lima Baségio

Suplente: José Plínio Guimarães Fachel

Câmpus Ibirubá

Titular: Marcos Paulo Ludwig

Suplente: Juceli da Silva

Câmpus Osório

Titular: Daniela Sanfelice

Suplente: Cintia Lisiane da Silva Renz

Câmpus Restinga

Roben Castagna Lunardi

Câmpus Sertão

Titular: Leila de Almeida Castillo Iabel

Suplente: Anderson Luis Nunes

Representantes dos Técnicos-administrativos

Câmpus Canoas

Titular: Marcos Dias Mathies

Suplente: Sabrina Clavé Eufrásio

Câmpus Caxias do Sul

Titular: Valdinei Marcolla

Suplente: Simão Mendes de Moraes

Câmpus Erechim

Titular: Ivan José Suszek

Suplente: Cristiane Câmara

Câmpus Farroupilha

Titular: Lucas Coradini

Suplente: Fernando da Silva dos Reis

Câmpus Feliz

Titular: Núbia Marta Laux

Suplente: Alexandre Rodrigues Soares

Câmpus Ibirubá

Titular: Mauricio Lopes Lima

Suplente: Everton Lutz

Câmpus Osório

Titular: Vera Marisa Gasparetto

Suplente: Luana Monique Delgado Lopes

Câmpus Restinga

Titular: Márcia Pereira Pedroso

Suplente: Paula Porto Pedone

Representantes dos Discentes

Câmpus Canoas

Titular: Ana Maria de Oliveira Correia

Suplente: Diego Canto Rodrigues

Câmpus Caxias do Sul

Andréia Paula Rosa

Câmpus Erechim

Lucas Agostini

Câmpus Farroupilha

Titular: Eduardo Fidler

Suplente: Bianca Bangemann

Câmpus Feliz

Titular: Margô Eloisa Veit Winter

Suplente: Mario Francisco Winter

Câmpus Ibirubá

Titular: Maria Icilda Monteiro de Oliveira

Suplente: Rafael Rotta

Câmpus Porto Alegre

Titular: Rudá de Souza Roveda

Suplente: Julian Silveira Diogo de Avila Fontoura

Câmpus Restinga

Titular: Luiz Carlos Ribeiro de Oliveira

Suplente: Ramon Yago da Cruz Jackes Vieira

Representante do Ministério da Educação

Titular: Carla Comerlato Jardim

Suplente: Maria Clara Kaschny Schneider

Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRS

Representantes do corpo docente

Márcia Amaral Corrêa de Moraes (Presidenta)

Mauro Maisonave de Melo (Secretário)

Representantes do corpo técnicos-administrativo

Daiane Correa da Silva

Débora Della Vechia

Representantes do corpo discente

Antonio Cesar Alencar Mendes

Willian Von Scharten

Representantes da sociedade civil

Nelson da Silva

Adriane Cristina Biasoli

Representantes das Sub-comissões Próprias de Avaliação

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - BENTO GONÇALVES

Docentes

Sandro Neves Soares

Técnico Administrativo

Cláudia Lorenzon

Discentes

Ricardo Brancher

Fátima N. Friedrich

Comunidade Externa

Adriane Cristina Biasoli

Gisele Gugel

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CANOAS

Docente

Aline Noimann
Ronaldo Nunes Orsini

Discente

Geraldo Corrêa da Silveira
Bruna da Rosa Campos

Técnico Administrativo

Sabrina Clavé Eufrásio
Amadeu Mozarte Freitas Pinheiro

COMUNIDADE EXTERNA

João Batista Massena
Volnei Rigatti - Suplete

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – FARROUPILHA

Docente

Nátalie Pacheco de Oliveira
Edson Francisquetti
Hugo André Kauck

Discente

Luiz Carlos Azevedo
Eduardo Fidler

Técnico Administrativo

Nádia Emer Glasselli
Mirtes Verona Vanni

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – FELIZ

Docentes

Dolurdes Voos
Viviane Diehl

Técnicos-Administrativos

Núbia Marta Laux
Joana Helena Paloschi

Discentes

Rafael Henrique Brunetto
Luciana Zimmer

Comunidade Externa

Maria da Glória Barcarolo Gauer
Heloisa Helena Lopes

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – IBIRUBÁ

Docentes

Suzana Ferreira da Rosa
Dionéia Magda Everling

Técnico Administrativo

Aurélio Ricardo Batu Maixa
Aline Terra Silveira

Discente

Rafael Rotta

ElvisGüntzel Ruppenthal
Comunidade Externa
Jaqueline Brignoni winsch
Joice Binsfeld

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CAXIAS DO SUL

Mauro Maisonave de Melo
Jeferson Luiz Fachinetto
Magali Inês Pessini
Marta Panazzolo
Antônio Cesar Mendes
Gabriel Lima Della Nina

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – OSÓRIO

Docentes

Terrimar Ignácio Pasqualetto

Técnico - Administrativo:

Giane Silva Santos

Ana Paula Silva Da Luz

Discente

Liége Neukirchen - Secretária

Giovana Souza Da Costa

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – PORTO ALEGRE

Docentes

Fabio Yoshimitsu Okuyama

Josiane Carolina Soares Ramos

Márcia Amaral Corrêa de Moraes

Tissiane Schmidt Dolci

Técnico-Administrativo

Cristine Stella Thomas

Denise Wolff

Camila Lombard Pedrazza

Luciele Meira

Discentes

Andreia Godinho

Julian Diogo Ávila

Jaqueline Nunes Waszak

Guilherme Franco

Comunidade Externa

Lisiane Bôer Possa

Janete Comaru Jachetti

Fernanda Mazziero

Carolina Rafaela Heck

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - RESTINGA

Docentes

Diego Moreira da Rosa

Cristina Rörig Goulart

Técnicos Administrativos

Paula Porto Pedone
Sula Cristina Teixeira Nunes

Discentes

Carlos Alexandre Lopes Soares
Phillipi Dias Waechter de Moraes

Comunidade Externa

Nelson silva
Vera Lúcia Goulart Silva da Silva

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – SERTÃO

Cláudio Kuczkowski
Daiane Correa Da Silva
Daiane Correa Da Silva
Fernando Menegatti
Luis Francisco Corrêa Ribeiro
Nátalia Sartori

Noryam Bervian Bispo
Lavínia Da Rocha Ferreira
Leonardo Lago Molssato
Willian Von Scharten

Comunidade Externa

Jorgio Augusto Conte
Leonardo José Storti
Odair Vinhaga

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - RIO GRANDE

Docentes

Onorato Jonas Fagherazzi
Cláudia Turik
Betânia Vargas Oliveira
Gustavo Simões Teixeira
Sabrina Hax Duro Rosa
Carlos Rodrigues Rocha

Técnicos Administrativos

Henriette de Mattos Pinto de Freitas
Paulo Edison Rubira Silva
Artur Freitas Arocha
Andréia Bulloza Trigo Passos
Juçara Nunes da Silva
Eliza Terres Camargo

Discente

Sandra Regina Santos Brasil
Darling de Andrade Lourenço

Comunidade Externa

Luiz André Beugochea da Silva

SUB-COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – ERECHIM

Docentes

Dário Lissandro Beutler
Noemi Luciane dos Santos
Luiz Gustavo de Moura da Silva Barbosa

Técnicos Administrativos

Débora Della Vechia
Regis Nogara dos Reis
Patrícia Cristina Nienov

Discentes

Andressa Lorenzoni
Fabiano Manica
Jandira Rosa

Comunidade Externa

Selmar Baú
Lindanir Canello
Vladimir Farina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A MISSÃO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	20
1.1. Articulação do PDI com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa	20
1.2 Ações de superação 2013-2014	31
1.3 A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	32
1.4 Avaliação do processo de atendimento às metas de eficiência e eficácia conforme termo de metas.....	36
1.5 Projeto Pedagógico Institucional – PPI: Ensino de Especialização Lato Sensu e Educação Continuada	36
1.6 Integração entre as propostas de graduação e pós-graduação lato sensu (verticalização).....	38
1.7 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa	38
1.8 Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica e tecnológica, de pesquisa e formas de sua operacionalização	40
1.9 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão	40
1.10 Ações de superação 2013-2014.....	41
2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL	43
2.1 Compromisso do IFRS com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital	43
2.2 Relações do IFRS com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho	44
2.3 Ações de superação 2013-2014	44
3. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	46
3.1 Percepção da comunidade acadêmica e escolar sobre a comunicação no IFRS.....	47
3.2 Ouvidoria.....	49

3.3 Ações de superação 2013-2014.....	49
4. AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	51
4.1 PERFIL DOCENTE - TITULAÇÃO.....	51
4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	52
4.3 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE E FORMAS DE SUA OPERACIONALIZAÇÃO.....	53
4.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2013-2014	53
5 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.....	54
5.1 GESTÃO INSTITUCIONAL	54
5.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2013-2014	55
6. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	57
6.1 INSTALAÇÕES GERAIS DO IFRS	57
6.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2013-2014	61
7. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	62
7.1 SPAS E CPA: AUTOAVALIAÇÃO.....	62
7.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS	62
7.3 AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SINAES/MEC.....	63
7.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2013-2014	64
8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS.....	65
8.1 Políticas de acesso, seleção e permanência e implementação de ações concretas, bem como de seus resultados	65
8.2. Descrição do programa de avaliação e acompanhamento de egressos e seus resultados.....	66
8.2 Ações de superação 2013-2014.....	66
9. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	67
9.1 Compatibilidade entre o termo de metas e a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de acervo, de equipamentos e materiais.....	68
9.2 Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo	68
9.3 Alocação de recursos para apoio discente	69

9.4 Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do ensino básico, técnico, superior e de pós-graduação	69
9.5 Ações de superação 2013-2014	70
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo sintetizar os resultados da autoavaliação institucional do IFRS ao longo do ano de 2013, apresentando a análise dos avanços realizados e dos aspectos que precisam ser modificados com base nas 10 dimensões dos SINAES, utilizando como marco comparativo os resultados aferidos em 2012.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), com sede em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O IFRS é constituído por 12 (doze) câmpus, a saber:

Nome	Cidade
Câmpus Bento Gonçalves	Bento Gonçalves
Câmpus Farroupilha	Farroupilha
Câmpus Caxias do Sul	Caxias do Sul
Câmpus Ibirubá	Ibirubá
Câmpus Erechim	Erechim
Câmpus Osório	Osório
Câmpus Canoas	Canoas
Câmpus Rio Grande	Rio Grande
Câmpus Feliz	Feliz
Câmpus Sertão	Sertão
Câmpus Restinga	Porto Alegre
Câmpus Porto Alegre	Porto Alegre

Número de câmpus do IFRS e localização

Ao longo do ano de 2013 deu-se continuidade às tratativas e consequente implementação de mais quatro campus: Viamão, Rolante, Alvorada e Vacaria, os quais entraram em funcionamento, priorizando, inicialmente, a oferta de cursos de extensão.

Por força de Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando de prerrogativas como autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) estabelece no PDI a missão de “promover a educação profissional e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação humanista, crítica e competente de cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região”. O PDI, ao estabelecer os valores do IFRS, garante a todos os seus câmpus a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) Ética – Ser referência básica que orientará as ações institucionais;
- b) Desenvolvimento Humano – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;
- c) Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência – Promover a melhoria permanente dos serviços prestados;
- e) Autonomia dos câmpus – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada câmpus;
- f) Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;
- g) Respeito – Valorizar e prestar atenção especial aos alunos, servidores e público em geral;
- h) Compromisso Social – Participar efetivamente das ações sociais.

Caracterizado como instituição multicâmpus, o IFRS, no cumprimento de suas obrigações legais e propósitos de ser agente de transformação regional, articula-se com as seguintes finalidades:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas

- e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
 - IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
 - V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
 - VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
 - VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
 - VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
 - IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

No ano letivo de 2013, o IFRS contou com um total de 17025 estudantes, matriculados em 25 cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante, subsequente e Proeja) e 26 cursos de nível superior (tecnológicos licenciaturas, bacharelados, engenharias e pós-graduação *lato-sensu*), distribuídos conforme informações dos quadros abaixo:

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES	
Nº	EIXO TECNOLÓGICO
07	Ambiente, Saúde e Segurança

01	Apoio Educacional
07	Controle e Processos Industriais
09	Gestão e Negócios
02	Hospitalidade e Lazer
04	Informática e Comunicação
04	Produção Alimentícia
01	Produção e Design
06	Produção Industrial
01	Recursos Naturais
TOTAL	42

Fonte: Pesquisa Institucional/IFRS

CURSOS SUPERIORES E CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	Nº	ÁREAS
Cursos Superiores de Tecnologia	14	Gestão Ambiental Automação Industrial Processos Metalúrgicos Logística Marketing Processos Gerenciais Análise e Desenvolvimento de Sistemas Sistemas para Internet Alimentos Viticultura e Enologia Design de Moda Agronegócio Horticultura Produção de Grãos
Cursos de Licenciatura	07	Ciências Agrícolas Ciências da Natureza – Biologia e Química Educação Profissional e Tecnológica Física Formação Pedagógica de Docentes Matemática Pedagogia (PARFOR)
Cursos de Engenharia	02	Engenharia Mecânica Engenharia de Controle e Automação
Cursos de Bacharelado	02	Agronomia Zootecnia
Curso de Especialização	01	Viticultura
TOTAL		26

Fonte: Pesquisa Institucional/IFRS

Desde 2010, e tendo como princípio fundamental o respeito à característica multicâmpus do IFRS, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), juntamente com as

Subcomissões Próprias de Avaliação (SPAs) , apresenta os resultados do processo avaliativo realizado anualmente por meio deste Relatório de Autoavaliação, cuja estrutura busca contemplar a relação entre as dez dimensões do SINAES e a realidade institucional durante o ano de 2013. Cabe salientar que os instrumentos *online* que possibilitaram a consulta à comunidade interna (que contou com 4416 participantes) e o instrumento utilizado para avaliação institucional junto à comunidade externa em 2013 envolveram, além de questões objetivas, questões descritivas. Contudo, em razão da impossibilidade de descrevê-las nesse relatório, tais informações estão sistematizadas e analisadas no interior dos Relatórios de Autoavaliação dos câmpus e poderão ser verificadas pelas Comissões de Avaliação Externas. Nesse sentido, esse Relatório de Autoavaliação pretende apresentar os resultados do processo avaliativo de 2013 numa perspectiva geral. Cabe salientar que caberá às SPAs de cada câmpus disseminar e discutir as possibilidades de implementação das ações de superação específicas da sua realidade junto às comunidades interna e externa, bem como às equipes gestoras.

O Programa de Avaliação Institucional (PAI) coordenado pela CPA e pelas SPAs foi organizado de forma a buscar elementos junto às Direções dos câmpus e à comunidade acadêmica. Tais resultados foram relacionados com as metas estabelecidas no PDI, as políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no PPI, bem como com o Termo de Metas, buscando identificar os indicadores já alcançados e aqueles que precisam ser consolidados e/ou implementados.

A descrição dos resultados e a definição de ações de superação buscam atender as especificidades e diversidades de uma instituição multicâmpus ao mesmo tempo em que intentam revelar a identidade una e complexa do IFRS .

O conteúdo divulgado nesse relatório e nos relatórios produzidos pelas SPAs (Subcomissões próprias de Avaliação) será objeto de análise e discussão junto ao CONSUP, Reitoria, Direções e comunidade escolar e acadêmica, como forma de produzir sentidos à avaliação institucional, consolidar a cultura de autoavaliação no IFRS e contribuir com o planejamento institucional.

1. A MISSÃO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Neste item avalia-se conjuntamente as Dimensões 1 e 2 do SINAES.

A Missão do IFRS articulada ao Plano de Desenvolvimento Institucional consiste num aspecto fundamental para ser analisado, na medida em que o IFRS tem o desafio constante de implementar políticas específicas de verticalização e de horizontalidade nos âmbitos do ensino básico, técnico, graduação (através dos cursos tecnológicos, engenharias e de licenciaturas), pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, que devem estar fundamentadas nas políticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, definidas em 2011 no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Nesse sentido, a autoavaliação da Dimensão 1 orienta-se pelos seguintes indicadores:

1.1. Articulação do PDI com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa

O Programa de Autoavaliação do IFRS estabelece alguns indicadores que pretendem identificar, a partir da percepção da comunidade interna e externa, a implementação e consolidação das políticas de ensino, pesquisa e extensão, atinentes à realidade dos Institutos Federais, bem como sua articulação, conforme abaixo demonstrado:



Quanto ao indicador 1, “possibilidade de participar dos processos de discussão para construção e/ou reformulação de propostas de cursos”, observa-se que 51% (2% a mais do que na auto avaliação anterior) da comunidade escolar e acadêmica percebe possibilidades de participação nos processos. Há que se destacar o número significativo (25%) de pessoas que não concordam, nem discordam da assertiva, o que parece indicar uma indiferença em relação aos processos de participação institucional, que pode ser explicada pelo tempo de existência da instituição como tal. Em dezembro de 2008 os Institutos Federais têm a sua lei de criação publicada. São apenas 5 anos de história que nos dão pistas de que a própria comunidade também vive e viverá de forma cada vez mais intensa um processo de aprendizagem e de maturidade, no sentido das suas possibilidades de participação e da ciência dos espaços de representação que o IFRS dispõe em sua estrutura. No entanto, é importante considerar que aproximadamente 25% dos respondentes (exatamente como na auto avaliação do ano anterior) encontram-se entre os que não identificam possibilidade de participação nos processos institucionais e de cursos. Os dados coletados revelam pouca mudança na percepção da comunidade a respeito das suas possibilidades de participação, se comparados à auto avaliação de 2012. Ainda que pouco mais da metade reconheça esses espaços, não se pode desconsiderar que os outros 49% estão entre aqueles que não se posicionam sobre a questão ou entre que discordam do seu conteúdo. Conclui-se, pois, que a necessidade de ampliar e/ou divulgar os espaços e oportunidades de participação consiste em medida premente para que o reconhecimento pleno do caráter democrático do IFRS se consolide.

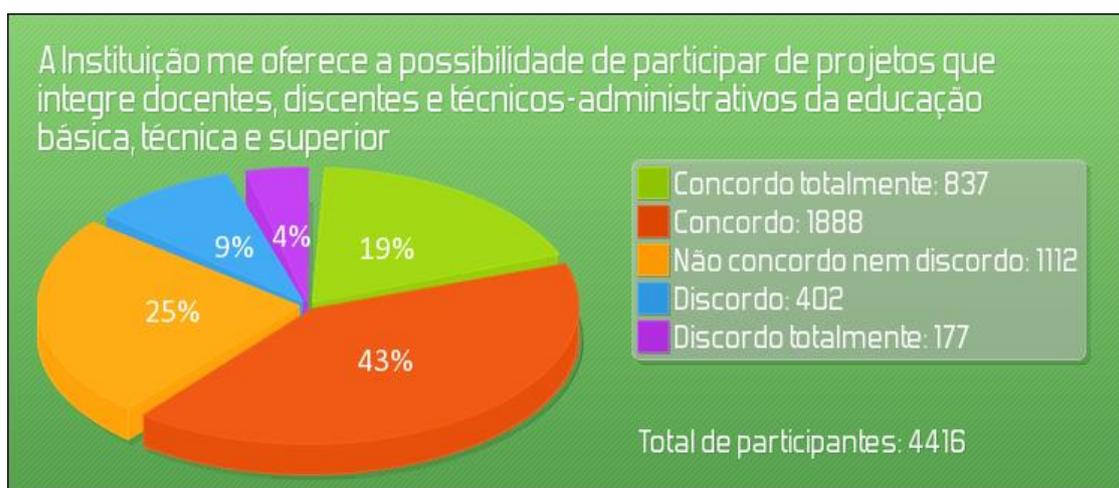


No indicador 2, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos de extensão”, observa-se que a grande maioria (80%) da comunidade escolar e acadêmica concorda ou concorda totalmente que existem possibilidades de participação nos programas e projetos de extensão. 13% dos respondentes manifestaram indiferença, discordam ou discordam totalmente da existência de possibilidades de participação nas ações de extensão. Observa-se que houve um aumento significativo do grupo que concorda com a assertiva, em relação ao ano passado (66% estavam entre os que concordavam). Houve redução da quantidade de indiferentes, o que corrobora a tese de que, progressivamente, a comunidade vem se apropriando do seu papel na instituição. Fica claro, ainda, que o olhar da comunidade em relação à extensão foi de aprovação ainda maior do que na avaliação anterior, atingindo um patamar bastante satisfatório em termos da sua atuação.



Com relação ao indicador, 3 “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de pesquisa”, 76% dos participantes manifestaram concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de participação nas atividades de

pesquisa, o que representa um número bastante significativo, considerando que o IFRS tem apenas cinco anos de existência, contando com muitos câmpus novos. Apenas 8% referiram discordar ou discordar totalmente com a existência de espaços de participação nas ações de pesquisa e 13% manifestou indiferença. Cabe salientar que também nesse item houve grande avanço em relação à avaliação de 2012. Destaca-se um acréscimo de 10% no grupo dos que concordam com a assertiva (em 2012 eram 66%), e decréscimos de 6% e 5% dos grupos dos indiferentes e dos que não concordam, respectivamente.



No indicador 4, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos que integrem docentes, discentes e técnicos-administrativos da educação básica, técnica e superior”, referente à verticalização do ensino, 62% dos respondentes afirma concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de interlocução. 13% afirma discordar ou discordar totalmente da possibilidade de participar de projetos que envolvam a verticalização e 25% afirma que é indiferente. Os números de 2013 revelam melhoria nesse aspecto, na medida em que, em 2012, 50% dos respondentes estavam no grupo dos que concordam. Houve um aumento de 12% nesse grupo e um decréscimo de 6% no grupo dos indiferentes e de 6% no grupo dos que discordam. Os dados revelam um avanço significativo em termos das ações e percepções das propostas de verticalização do ensino. Tal avanço, no entanto, deve ser intensificado para que os 38% da comunidade, que ainda não reconhecem as propostas de verticalização, possam perceber essa realidade de uma forma diferente.

Número de cursos ofertados no IFRS por nível de ensino

IFRS - cursos ofertados em 2013.					
Câmpus	Técnico	Tecnólogo	Licenciatura	Bacharelado	Especialização
Bento Gonçalves	5	5	3	0	1
Canoas	4	3	0	0	0
Caxias do Sul	4	1	2	0	0
Erechim	6	2	0	1	0
Farroupilha	6	1	1	2	0
Feliz	3	1	0	0	0
Ibirubá	5	1	1	0	0
Osório	3	1	1	0	0
Porto Alegre	14	3	2	0	0
Restinga	6	2	0	0	0
Rio Grande	8	3	1	0	0
Sertão	4	4	2	2	0
Total/IFRS	68	27	13	5	1

IFRS - alunos "em curso" por modalidade de curso 2º semestre de 2013					
Câmpus	Técnico	Tecnólogo	Licenciatura	Bacharelado	Especialização
Bento Gonçalves	549	719	354	0	25
Canoas	260	249	0	0	0
Caxias do Sul	157	133	147	0	0
Erechim	352	112	0	132	0
Farroupilha	435	117	1	99	0
Feliz	105	93	0	0	0
Ibirubá	393	33	60	0	0
Osório	291	71	0	0	0
Porto Alegre	2447	281	189	0	0
Restinga	336	56	0	0	0
Rio Grande	2527	421	44	0	0
Sertão	879	347	79	252	0

TOTAL/IFRS	8731	2632	874	483	25
-------------------	-------------	-------------	------------	------------	-----------

Quantitativo de Bolsas

Bolsas Fomento Externo					
FAPERGS		CNPq			CAPES
PROBIT 10 bolsas	PROBIC 12 bolsas	PIBITI 26 bolsas	PIBIC 05 bolsas	PIBIC-EM 26 bolsas	Jovens Talentos para a Ciência 09 bolsas
Total: 88 bolsas					

Bolsas Fomento Interno	
BICET	BICTES
61	74
Total: 135 bolsas	

Quantitativo de Grupos e Linhas de pesquisa

Atualmente, o IFRS tem 90 grupos de pesquisa constituído, os quais contam com 328 linhas de pesquisa. Segue abaixo maior detalhamento da realidade da Pesquisa na instituição:

Número de Grupos de pesquisa certificados e atualizados: 90
Total de Linhas de Pesquisa: 328
Pessoas envolvidas com pesquisa registradas nos grupos (pesquisadores, técnicos e estudantes): 1167
Média de pessoas por Grupo de Pesquisa: 12,96

Informações grupos de pesquisa

GRUPO	COORDENADOR
Acessibilidade virtual e tecnologia assistiva	Andréa Poletto Sonza
Acessibilidade, leitura e informação	Lizandra Brasil Estabel
Autenticidade e alteridade nos processos sociais, educacionais e profissionais	Rogério Foschiera
Avaliação energética de sistemas térmicos	Ivoni Carlos Acunha Junior

Bioquímica e fisiologia do exercício físico	Vivian Treichel
Biotecnologia animal e vegetal	Alessandra Nejar Bruno
Ciência e tecnologia alto jacuí	Ben-Hur Costa de Campos
Ciência e tecnologia de alimentos	Wagner Luiz Priamo
Ciência e tecnologia dos materiais	Juliano Cantarelli Toniolo
Ciência e tecnologia dos materiais cerâmicos	André Zimmer
Coletivo de estudos em linguagens e artes - celina	Viviane Diehl
Conservação de espécies vegetais	Juliana Marcia Rogalski
Cultura, história, educação e moda	Camila Carmona Dias
Desenvolvimento de tecnologias ambientais	Vanderlei Rodrigo Bettiol
Educação e saúde	Cíntia Mussi Alvim Stocchero
Educação matemática	Kelen Berra de Mello
Educação matemática e educação	Neila de Toledo e Toledo
Educação profissional e humanidades	André Luiz Portanova Laborde
Educação, inovação e trabalho	Marcia Amaral Corrêa
Elétrica IFRS Farroupilha	Erik Schüller
Engenharia agrícola	Rodrigo Otávio Câmara Monteiro
Engenharia de software e sistemas autônomos	Ana Paula Lemke
Ensino de física do IFRS	Camila Riegel Debom
Ensino de física e tecnologia	Augusto Massashi Horiguti
Ensino de matemática - GEPEMAT	Susana Beatris Oliveira Szewczyk
Estratégia organizacional, negócios internacionais e governança corporativa	Eduardo Angonesi Predebon
Formação de professores	Maria da Conceição Hatem de Souza
GECIT - educação, cidadania e turismo	Hernanda Tonini
Geotecnologias e meio ambiente	Miguel da Guia Albuquerque
Gerenciamento e tratamento de resíduos	Magali da Silva Rodrigues
Gestão de recursos naturais em horticultura	Diovane Freire Moterle
Gestão e inovação	José Edson Azevedo da Silva

Gestão, empreendedorismo e desenvolvimento econômico e social	Bianca Smith Pilla
Grupo de desenvolvimento em mecânica - GDMEC	Alisson Dalsasso Correa de Souza
Grupo de estudos e pesquisas em educação ambiental (gepea)	Vinicius Lima Lousada
Grupo de estudos e práticas ambientais (gepa)	Luiz Felipe Borges Martins
Grupo de estudos em sistemas de informação	Tiago Lopes Telecken
Grupo de estudos sobre território, tecnologia e ambiente (TERRA)	Shana Sabbado Flores
Grupo de informática do ifrs restinga	Roben Castagna Lunardi
Grupo de pesquisa e estudos em informática educativa	Ernani Gottardo
Grupo de pesquisa em automação e sistemas	Rogério Malta Branco
Grupo de pesquisa em educação profissional e tecnológica	Cleiva Aguiar de Lima
Grupo de pesquisa em eletroeletrônica	Diego Eckhard
Grupo de pesquisa em energia e sistemas de potência	Patrick Escalante Farias
Grupo de pesquisa em tecnologias de fabricação mecânica - gtecfm	Flávio Galdino Xavier
Grupo interinstitucional de estudos em educação e inovação	Clarice Monteiro Escott
Humanizar o humano: arte, corpo, linguagens e meio ambiente	Raquel Andrade Ferreira
Industrialização de alimentos	Leonardo de Sousa da Rosa
Informática aplicada	Emerson Rogério de Oliveira Junior
Informática aplicada	Evandro Manara Miletto
Inovação na aplicação e no desenvolvimento de tecnologias computacionais	Silvia de Castro Bertagnolli
Inovação tecnológica e educação	Vicente Zatti
Leitura, escrita e ensino de línguas	Noemi Luciane dos Santos
Linguagem, diferença e mundo do trabalho	Claudia Estima Sardo
Logística empresarial	Daniel Battaglia
Manejo e tratos culturais em plantas de lavoura	Fernando Machado do Santos
Matemática aplicada	Vagner Euzébio Bastos
Matemática e suas tecnologias	Aline Silva de Bona
Metalurgia e materiais ifrs farroupilha	Daniela Lupinacci Villanova

Múltiplos saberes da educação profissional	Luciano Gomes Furlan
Nanocompósitos	Luciano Gomes Furlan
NEET - núcleo de estudos sobre educação e tecnologia	Tânia Jurema Flores da Rosa
NEMAS - núcleo de estudos em manejo de água e solo	MÁRCIO LUIS VIEIRA
NEPI - núcleo de estudos e pesquisas interdisciplinares	CLÁUDIA REGINA COSTA PACHECO
NEPIA - núcleo de extensão e pesquisa em informática aplicada	Andréa Poletto Sonza
NIEPECHS - núcleo de integração ensino, pesquisa e extensão da área de ciências humanas do IFRS sertão	Ana Sara Castaman
Núcleo de estudos de gestão para sustentabilidade	Bianca Pugen
Núcleo de estudos organizacionais	Leandro Raizer
Núcleo de pesquisa em ensino de língua e literatura	Denise Vallerius de Oliveira
Núcleo integrado de pesquisas em administração	Luiza Venzke Bortoli
Núcleo interdisciplinar de estudos ambientais (NIESA)	Simone Caterina Kapusta
Pesquisa aplicada a materiais	Nara Regina Atz
Pesquisa em linguística aplicada	Ana Cláudia Pereira de Almeida
Pesquisa em polímeros avançados	Edson Luiz Francisquetti
Pesquisas em educação, sociedade e trabalho	Helen Rodrigues Cardoso
Práxis: saberes e contextos educativos	Rudinei Müller
Produção alimentícia	Cristina Simões da Costa
Produção vegetal	Marcus André Kurtz Almança
Projeto e desenvolvimento de sistemas	Júlia Marques
Psicologia e políticas públicas	Giseli Paim Costa
Resfriamento e congelamento de alimentos	Carlos Alberto Severo Felipe
SAD/NCU - saúde, ambiente e desenvolvimento no contexto dos novos câmpus universitários	Mauricio Polidoro
Simulação, análise e desenvolvimento em energias renováveis	Vinicius Hartmann Ferreira
Sistemas eletrônicos integrados	Alexsandro Cristovão Bonatto
Tecnologia em alimentos	Flávia Santos Twardowski Pinto
Tecnologia em alimentos	Lúcia de Moraes Batista
Tecnologias em sistemas de computação	Rogério Xavier Azambuja

Toxicologia ambiental	Rosilene Rodrigues Kaizer
Viticultura e enologia	Simone Bertazzo Rossato
Zootecnia	Juliana dos Santos

Observa-se que o número de grupos de pesquisa aumentou de 55 para 60, o que indica que o incentivo a essa prática, articulada ao ensino e à extensão, vem se intensificando no contexto do IFRS.

Número de programas, projetos e eventos de extensão

Em 2013, observa-se um decréscimo considerável no número de programas, projetos e eventos de extensão em relação ao ano de 2012, o que pode ser observado no quadro abaixo:

NÚMERO	AÇÕES DE EXTENSÃO NO IFRS
16	Programas de Extensão
48	Projetos de Extensão
138	Eventos de Extensão
98	Cursos de Extensão

No ano de 2013 o número de ações de extensão diminuiu de 403 para 300 em todo o IFRS. Nesse cômputo, houve redução de 11 Programas, de 59 projetos e de 25 cursos de extensão. Observa-se um acréscimo de 21 eventos em comparação com o ano de 2012. Tais dados não podem ser desconsiderados na presente análise, uma vez que sinalizam uma desaceleração excessiva nas ações de extensão institucionais. Por óbvio que uma análise quantitativa não atende suficientemente aos critérios de qualidade necessários a toda avaliação consistente. Contudo, indicam que é imprescindível a existência de um olhar cuidadoso, bem como a implementação de iniciativas que voltem a fomentar a prática da extensão como condição indissociável da oferta de ensino de qualidade.

Destaca-se, ainda, o crescimento do número de alunos participantes do Programa Ciência Sem Fronteiras no ano de 2013, ação que integra as áreas de pesquisa e extensão, conforme apresentado nos quadros abaixo:

Estudantes do IFRS na modalidade graduação sanduíche - Programa Ciência sem Fronteiras

AMÉRICA DO NORTE			
Estudante	Instituição de origem	Instituição de destino	Período de intercâmbio
Érica Nicolao Lunardi	IFRS - Câmpus Porto Alegre	Camosun College, Victoria BC., Canadá	08/2012 até 08/2013
Carolina Monteiro de Abreu	Bento Gonçalves	University Of California, Davis	Set/13 a Dez/13

AMÉRICA DO SUL			
Estudante	Instituição de origem	Instituição de destino	Período de intercâmbio
Lucas Victorio Sbabo Fardo	IFRS - Câmpus Bento Gonçalves	Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile	01/08/2012 até 31/07/2013
Giovani Giotto	IFRS - Câmpus Bento Gonçalves	Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile	01/02/2012 até 31/01/2013
Giovani Giotto	Bento Gonçalves	Pontificia Universidad Católica de Chile	Mar/12 a Fev/13
Lucas Victório Sbabo Fardo	Bento Gonçalves	Pontificia Universidad Católica de Chile	Ago/12 a Jul/13

EUROPA			
Estudante	Campus de origem	Instituição de destino	Período de intercâmbio
Carine Rusin	Bento Gonçalves	Università di Bologna, Bologna, Itália.	01/07/2012 até 30/06/2013
Magda Simone Barboza	Sertão	Universita di Roma "Tor Vergata", Roma, Itália	08/2012 até 07/2013
Augusto José Posser	Sertão	Instituto Politécnico de Bragança - Campus de Santa Apolónia, Bragança, Portugal	01/10/2012 até 30/09/2013
José Ricardo Machado dos Santos	Bento Gonçalves	Universidad de Cádiz, Cádiz, Espanha	01/09/2012 até 30/06/2013

José Ricardo Machado dos Santos	Bento Gonçalves	Universidad de Cádiz, Cádiz, Espanha	Set/12 a Jun/13
Eduardo Rech	Bento Gonçalves	Universidad de Cádiz, Cádiz, Espanha	Out/13 a Set/14
Leonardo Ferrari	Bento Gonçalves	Universidad de Cádiz, Cádiz, Espanha	Out/13 a Set/14
Cesar Perdomo Purper	Porto Alegre	University of Limerick	Set/13 a Jun/14
Carine Rusin	Bento Gonçalves	Università di Bologna, Bologna, Itália.	Jul/12 a Jun/13
Magda Simone Barboza	Sertão	Università degli Studi di Roma Tor Vergata	Set/12 a Jul/13
RODRIGO ZANETTE	Bento Gonçalves	Università Degli Studi Roma Tre	Ago/13 a Jul/14
ALAN SERAFINI BETTO	Sertão	Università di Bologna, Bologna, Itália.	Ago/13 a Jul/14
ANELISE GIRARDI	Bento Gonçalves	Università Degli Studi Roma Tre	Ago/13 a Jul/14
FERNANDA BEBBER SCOPEL	Bento Gonçalves	Università di Pisa, Itália.	Ago/13 a Ago/14
EMANUEL MANICA	Sertão	Università di Pisa, Itália.	Ago/13 a Ago/14
ADRIELEN TAMIRIS CANOSSA	Bento Gonçalves	Università di Pisa, Itália.	Ago/13 a Ago/14
CAROLINA BORBA DA SILVA	Porto Alegre	Universita Degli Studi De Padova	Set/13 a Jul/14
FABIO GOULART ANDRADE	Bento Gonçalves	Gjøvik University College Teknologivn	Ago/13 a Jun/14
Augusto José Posser	Sertão	Instituto Politécnico de Bragança	Out/12 a Set/13

1.2 Ações de superação 2013-2014

A partir da análise geral dos dados coletados referentes aos indicadores da Dimensão 1, observa-se que o IFRS teve avanços significativos na implantação da missão e políticas previstas no PPI, bem como das ações correspondentes. No entanto, de forma geral, a CPA indica alguns pontos que ainda necessitam de investimento:

- Consolidar as ações de pesquisa e inovação no IFRS;
- Investir na divulgação e no fomento de ações de extensão nos câmpus do

IFRS;

- Priorizar implementação de política de capacitação de docentes, para a melhoria da qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, em especial no que se refere à verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Realizar eventos periódicos, visando a interação da comunidade acadêmica e da comunidade externa organizada, em que deverão ser debatidos e sistematizados assuntos pertinentes aos rumos do IFRS e de cada câmpus, ao seu papel no desenvolvimento local e regional, de modo que se construam subsídios para a elaboração do planejamento estratégico (articulado) das áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliar as ações que contribuam para a consolidação da verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas à implementação de ações concretas e efetivas para além da oferta dos diversos níveis de ensino;
- Empreender ações que garantam a discussão e promovam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Intensificar e diversificar os meios de divulgação das informações relacionadas a Ensino, Pesquisa e Extensão que sejam de interesse da comunidade interna, em especial aos alunos, e promover a sua conscientização a respeito da importância de acessar o site da instituição periodicamente, bem como da leitura de cartazes e murais nos corredores;
- Incentivar a ampliação do número de projetos que envolvam inovação tecnológica;
- Consolidar política para implementação de novos cursos- privilegiando o atendimento às necessidades da comunidade e da região, com implantação de processo específico de pesquisa e levantamento estatístico- a verticalização do ensino e o cumprimento do plano de metas.

1.3 A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Na perspectiva da consolidação das políticas públicas para os IFs, a

dimensão de política de ensino, pesquisa e extensão pensados indissociavelmente, a partir dos eixos de verticalidade, horizontalidade, tecnologia, cultura e inovação, apresenta grande relevância no contexto institucional. Essas relações estão expressas nos documentos institucionais (PDI e PPI) e nos documentos oficiais e , principalmente, nas práticas e vivências que constituem o cotidiano acadêmico, no comprometimento dos docentes e discentes, assim como traçados e majoritariamente cumpridos, que podem ser analisados pelos instrumentos de avaliação institucional.

Nesse sentido, apresenta-se análise do Projeto Político Pedagógico do IFRS por meio dos seguintes indicadores:

Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Cursos oferecidos - graduação (tecnológica, licenciatura, bacharelado), técnico, PROEJA, presencial e a distância, pós-graduação lato e stricto sensu.

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI do IFRS foi implantado em 2011 (Resolução CONSUP nº 109 de 20 de dezembro de 2011), o que representou um avanço em relação às ações de superação apontadas no Relatório de Autoavaliação de 2010. Embora o PPI do IFRS tenha sido construído a partir de um intenso processo participativo integrando os diversos câmpus e segmentos da comunidade interna do IFRS, ainda no ano de 2013 verifica-se um movimento de apropriação do conteúdo do documento por parte da comunidade..

Os instrumentos de avaliação de cursos e de autoavaliação discente visam identificar a consolidação das políticas definidas no PPI do IFRS. Desde o ano de 2012, ampliou-se o público envolvido na avaliação de cursos de modo que além dos discentes, também os docentes e os servidores técnicos-administrativos passaram a participar desse processo avaliativo, o que foi replicado no ano de 2013.



Em relação ao indicador 1 do Instrumento de Avaliação do Curso, "o currículo

do curso é atualizado e atende às necessidades do mercado de trabalho”, verifica-se que 73% dos participantes concorda ou concorda totalmente, sendo que apenas 11% dos mesmos discorda ou discorda totalmente. Identifica-se que 16% dos participantes que participaram da avaliação online não concordam nem discordam.



A disponibilidade da coordenação do curso para atendimento aos docentes e discentes é avaliada através do indicador 2 do Instrumento de Avaliação do Curso. 72% dos participantes que responderam à avaliação posicionaram-se entre concordam e concordam plenamente (2% a mais do que no ano anterior), sendo que apenas 9%(1% a menos do que no ano anterior) discordam ou discordam plenamente. 19% desses estudantes demonstram nem concordar nem discordar com a assertiva. Tais resultados indicam que os coordenadores de curso, de uma forma geral, cumprem a contento a função de gestores e educadores no âmbito das atribuições atinentes a essa função.



No indicador 4, “o curso oferece projetos e oportunidades de atuação em

projetos de pesquisa”, identifica-se que 64% (4% a mais do que na avaliação anterior) dos participantes da avaliação institucional concordam ou concordam totalmente com essa afirmação, sendo que apenas 12% (3% a menos do que na avaliação anterior) dizem discordar ou discordar totalmente. Somados os participantes que não concordam nem discordam com aqueles cuja percepção sobre essa assertiva é negativa, chega-se a um grupo composto por 36% dos respondentes. Há que se destacar que no ano de 2012, o número de pessoas que compartilhavam dessas mesmas percepções era de 40%. Percebe-se, portanto, um avanço na avaliação desse indicador, ainda que não se tenha chegado a um resultado absolutamente desejável. Nesse sentido, como já apontado no relatório anterior, pode-se inferir que as políticas de pesquisa propostas no PDI ainda estão em fase de implementação, necessitando de maior investimento no desenvolvimento da cultura investigativa inerente à pesquisa, assim como na pesquisa como princípio educativo, conforme prevê o documento, transversalizando os currículos e tornando-se perceptível aos estudantes. No entanto, este foi um dos indicadores cujo resultado apontou crescimento positivo em relação aos dados de 2012.



O indicador 5 desse instrumento de avaliação, “o curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de extensão”, apresenta como resultado 63% de participantes que concordam ou concordam totalmente com a existência dessas oportunidades. Apenas 12% desses aponta que discorda ou discorda totalmente da existência das possibilidades de participação na extensão. Destaca-se que ainda que tenha avançado em relação 2012, há que considerar a percentagem significativa de 25% dos respondentes que referem nem concordar nem discordar, o

que pode indicar a confirmação da hipótese já levantada no relatório de 2012 de que os mesmos não têm a compreensão do que significa programas e projetos de extensão.

1.4 Avaliação do processo de atendimento às metas de eficiência e eficácia conforme termo de metas

Tendo como base o Plano de Ação 2012, estratégias importantes foram implementadas para atender a esse quesito. Destacam-se o crescimento do fomento de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior (BICTES), Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico (BICET) e o Programa de Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPTC). Da mesma forma, destaca-se a consolidação das ações de extensão e, especialmente, a crescimento das ações ofertadas pelo PRONATEC. Salienta-se, ainda, a ampliação dos programas de assistência estudantil que garantem a permanência do aluno na instituição, auxiliando-os em aspectos de aporte financeiro e emocional, para que possam dedicar-se ao estudo.

1.5 Projeto Pedagógico Institucional – PPI: Ensino de Especialização Lato Sensu e Educação Continuada

O PPI do IFRS define que “os programas e cursos de pós-graduação no IFRS devem assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional”. Define, também, que o ensino de Pós-Graduação se organizará nos formatos lato sensu e stricto sensu, respeitado o princípio da aplicabilidade investigativa, bem como de seu caráter profissional, confirmando a necessária articulação com o PDI, considerando: a prática do ensino e da pesquisa, o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização do ensino, o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de

tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica.

A educação continuada é considerada no PPI como um processo contínuo e permanente, apontando que a instituição deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação estejam inseridos nesse universo através da criação de oportunidades de formação continuada. É importante destacar que o documento define o curso de Licenciatura em Educação Profissional como uma das principais estratégias de formação continuada do Instituto, atendendo o público interno (docentes e técnico-administrativos) e o público externo.

Considerando que essas definições são bastante recentes no IFRS, com a conclusão do PPI no final de 2011, compreende-se que no ano de 2013 deu-se continuidade às discussões já mencionadas em 2012, com vários movimentos concretos de proposição de cursos de especialização, os quais serão submetidos ao Conselho Superior da instituição em 2014. Ressalta-se, contudo, a necessidade do acompanhamento da autoavaliação institucional em relação a essas ações.

Em consonância com os relatórios de 2010, 2011 e 2012, verifica-se que a iniciativa de verticalização e horizontalidade no desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão ainda não ocorre de forma uniforme no IFRS, o que se constitui ainda como desafio importante para os próximos anos de implementação do PDI e PPI.

Na perspectiva da Educação Inicial e Continuada destacam-se as vagas vinculadas ao PRONATEC ofertadas em 2013, conforme segue no quadro abaixo:

NÚMERO DE VAGAS – CURSOS FIC-PRONATEC	
CÂMPUS DO IFRS	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS
Câmpus Bento Gonçalves	140
Câmpus Canoas	40
Câmpus Erechim	106
Câmpus Farroupilha	30
Câmpus Ibirubá	152

Câmpus Osório	180
Câmpus Porto Alegre	1.400
Câmpus Restinga	75
TOTAL IFRS	2.123

Fonte: Pesquisa Institucional/IFRS

Verifica-se que a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu no IFRS necessita ser ampliada, assim como a de pós-graduação stricto sensu, conforme já pautado pela lei 11.892/2008, quando descreve os níveis de atuação dos Institutos Federais.

1.6 Integração entre as propostas de graduação e pós-graduação lato sensu (verticalização)

Conforme o PPI do IFRS (2011), a instituição

estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca superar o modelo hegemônico de educação, possibilitando que o conjunto de saberes produzidos no IFRS perpassasse os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

Atualmente, a atuação dos docentes nos diferentes níveis e modalidades permite que o processo educacional privilegie a reconstrução de saberes por meio da vivência cotidiana das diversas realidades do contexto pedagógico, possibilitando a reflexão constante sobre o seu fazer e abrindo possibilidades de interação efetivas entre esses diversos cenários. No entanto, considerando que a verticalização do ensino no IFRS ainda se concentra, timidamente, entre o ensino técnico de nível médio e a graduação, aponta-se como necessidade a ampliação dos cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, bem como o esforço para integrar docentes e estudantes nessa perspectiva.

1.7 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa

Segundo o PPI do IFRS (2011), a instituição “tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação

e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de nossa região.”

Para tanto, define que as pesquisas a serem realizadas deverão harmonizar-se com o Projeto Pedagógico da Instituição e sua implementação ocorrerá mediante a adoção de procedimentos que consistirão, principalmente, em:

- buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, visando firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- criar mecanismos de avaliação e divulgação da produção científica e tecnológica realizada no Instituto;
- promover simpósios destinados ao debate de temas científicos, técnicos, tecnológicos e pedagógicos;
- disponibilizar recursos audiovisuais, de informática e acervo bibliográfico atualizado;
- possibilitar participação em eventos científicos, técnicos, tecnológicos e pedagógicos que possam sensibilizar e motivar educandos e trabalhadores em educação ao desenvolvimento da prática de pesquisa, sobretudo aqueles que desempenham atividades profissionais articuladas com os eixos temáticos estratégicos pesquisados na própria Instituição;
- promover o cadastramento das pesquisas institucionais e o fortalecimento dos eixos temáticos estratégicos, procurando expandi-los e/ou associá-los às atividades de ensino e extensão;
- criar núcleos e programas de pesquisa atrelados ao ensino de nível técnico, de graduação e de pós-graduação;
- captar recursos para o desenvolvimento de programas especiais;
- disponibilizar o acesso às bases de dados nacionais e internacionais de artigos científicos;
- buscar fomentos externos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

Em 2010, o IFRS apresentava um cenário de 37 grupos de pesquisa. Com a estruturação dos câmpus novos e com o fortalecimento dos câmpus mais antigos, atualmente o IFRS conta com 60 grupos de pesquisa. Esse crescimento pode ter sido estimulado pelas políticas de fomento interno e pelas possibilidades de participação em bolsas de fomento externo, além do trabalho efetivo das direções e/ou coordenação de pesquisa e da implantação das Comissões de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI) nos câmpus do IFRS. Entretanto, apesar do crescimento significativo da pesquisa no IFRS, cabe destacar a importância do investimento e do acompanhamento da implementação dos procedimentos definidos no PPI. Observa-se ao longo dos últimos três anos um crescimento expressivo, conforme já observado no item 1.3 deste relatório.

1.8 Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica e tecnológica, de pesquisa e formas de sua operacionalização

O Núcleo de Inovação Tecnológica do IFRS ainda necessita de maior investimentos e atenção da gestão para que seu funcionamento aconteça de forma plena e cumpra o seu papel social e institucional.

1.9 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão

Conforme o PPI do IFRS, a ação extensionista é compreendida como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o mundo do trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas para a reflexão-ação em torno das necessidades sócio-educacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as

necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os câmpus do instituto, bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da união, do estado e dos municípios, visando a contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade. Em 2011, houve um crescimento efetivo nas ações de extensão em todas as suas dimensões: programas, projetos, ações e eventos. No ano de 2012 observou-se leve decréscimo no número de ações extensionistas o que, no relatório anterior, se atribuiu à ausência de definição de carga horária específica para a extensão pela Resolução CONSUP nº 082/12. São preocupantes, no entanto, os dados atinentes a 2013, que revelam uma queda considerável nas ações de extensão, especialmente no que tange a programas e projetos. É fundamental que se atente para as políticas de extensão institucionais, tendo em vista o seu papel social e sua necessária indissociabilidade no que se refere às ações de ensino e pesquisa.

1.10 Ações de superação 2013-2014

A partir da análise geral dos dados coletados referentes aos indicadores da Dimensão 2, observa-se que o IFRS apresentou avanços significativos em 2013, principalmente no que se refere à ampliação de projetos de pesquisa em todos os câmpus, ao aprimoramento qualitativo dos cursos oferecidos e à implementação da cultura de participação da comunidade. Por outro lado, observa-se um decréscimo significativo nas ações de extensão. Como desdobramento dessas considerações e da análise geral realizada sobre essa dimensão, recomenda-se as seguintes ações de superação:

- Continuidade de implementação e consolidação das ações de pesquisa e extensão em todos os câmpus;
- Investimento efetivo nas políticas de extensão, de modo que as ações sejam retomadas de forma mais significativa nos campus;
- Necessidade de políticas, regulamentação e ações gerais no que se refere à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, privilegiando, em especial,

a verticalização;

- Implementação efetiva da pós-graduação lato e stricto sensu;
- Consolidação dos programas de fomento à pesquisa e à extensão;
- Implementação de um Programa Institucional de Apoio à Participação em Eventos Científicos e à publicação dos resultados das ações de pesquisa e extensão;
- Consolidação da política de encargos didáticos, definindo a dedicação docente para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Conclusão da infraestrutura necessária aos câmpus para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Implantação de ações efetivas para atendimento às metas de eficiência e eficácia;
- Ampliar convênios e as parcerias com empresas públicas e privadas, parcerias interinstitucionais com IFs, bem como com instituições de ensino nacionais e internacionais.

2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Nesse item, analisa-se a Dimensão 3 do SINAES.

O IFRS, como instituição de ensino público federal e voltado à formação técnica, tecnológica, científica e cultural, busca consolidação das políticas de inclusão com base no compromisso social, através dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, propõe-se o levantamento de dados e informações quantitativos e qualitativos para subsidiar possíveis análises e alimentar a construção de indicadores em relação ao compromisso e responsabilidade social.

2.1 Compromisso do IFRS com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital

O IFRS vem construindo sua política de inclusão social, de ações afirmativas e inclusão digital. Os câmpus têm trajetórias diferentes em relação a essas ações, com experiências significativas relacionadas às ações afirmativas e inclusão digital. Uma iniciativa comum, já mencionada no relatório anterior, refere-se à implantação do NAPNE, que, conforme definido no PPI do IFRS:

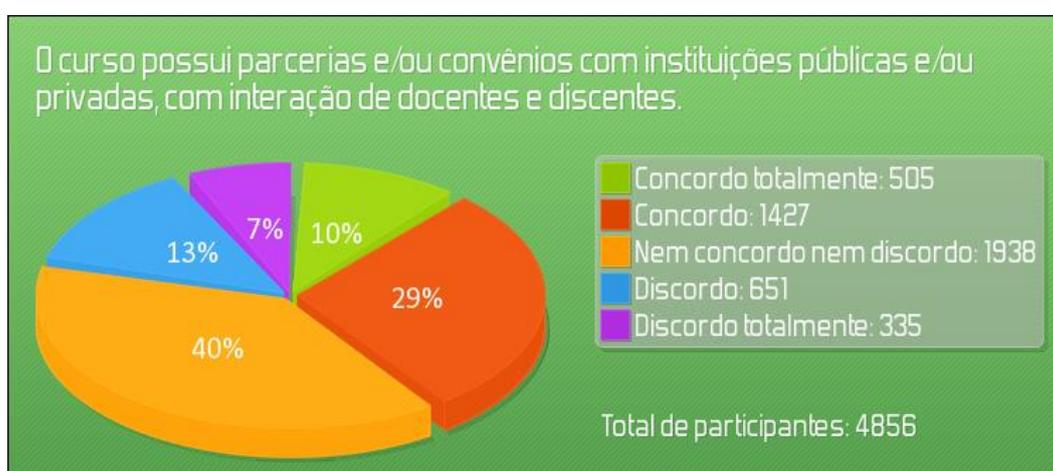
tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei 10.098/00, Lei 10.048/00, Decreto 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). (p.29)

Além disso, o ano de 2013, assim como o de 2012, foi marcado pelas ações vinculadas ao PRONATEC que, conforme os números já explicitados anteriormente, pode representar grande impacto na inclusão social e no mundo do trabalho na região de abrangência do IFRS.

2.2 Relações do IFRS com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho

De forma geral, observa-se que todos os câmpus do IFRS vêm realizando ações que ampliam as relações com o setor público, o setor produtivo e com o mercado de trabalho. Tais ações ocorrem, especialmente, através dos cursos, da gestão e da área de comunicação.

O instrumento de avaliação de curso do IFRS busca identificar as parcerias e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas, com interação entre docentes e discentes, na percepção do estudante:



Analisando os resultados, pode-se perceber que apenas 39% dos participantes da avaliação institucional concordam totalmente ou concordam com a existência dessas ações. 20% dos participantes apontam que discordam ou discordam totalmente da existência de tais parcerias em seus cursos. Um percentual significativo de participantes, 40%, refere nem concordar nem discordar. Tais resultados apontam para a necessidade de o IFRS ampliar e divulgar as parcerias com as instituições públicas e privadas, uma vez que nem sempre as ações que envolvem relações com o setor público e privado, emergem dos currículos dos cursos.

2.3 Ações de superação 2013-2014

Com base no levantamento das ações que atendem aos indicadores dispostos na Dimensão 3 do SINAES, observa-se que o IFRS vem perseguindo o

atendimento das metas e objetivos definidos no PDI em relação às ações de inclusão social, inclusão digital e ingresso e permanência dos estudantes, por meio de trajetórias distintas e ajustadas aos contextos específicos de cada câmpus. Em relação ao Relatório de autoavaliação de 2012, excetuando o PRONATEC e os projetos específicos vinculados ao NAPNE, não se percebe avanços significativos nesse cenário. Assim sugere-se que sejam seguidas as indicações já referidas nos relatórios dos anos de 2011 e 2012:

- Implementar ampla discussão sobre as políticas de inclusão, acesso e permanência definidos no PPI, com vistas à implementação de ações concretas em todos os câmpus;
- Promover o diálogo entre os câmpus de forma a divulgar as ações já realizadas com sucesso no âmbito da inclusão, do acesso e da permanência.
- Ampliar as parcerias com as instituições públicas e privadas, bem como com o mercado de trabalho, com maior envolvimento dos estudantes.

3. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Nesse item, analisa-se a Dimensão 4 do SINAES.

Esta dimensão objetiva verificar se as práticas institucionais estão respondendo às demandas sociais, identificando o posicionamento e a identidade do IFRS no cenário vigente. A comunicação é protagonista no fortalecimento do compromisso institucional com a comunidade acadêmica, no fortalecimento da sua equipe de técnicos-administrativos e docentes, porque dá visibilidade para as ações desses atores que são, acima de tudo, agentes de transformação institucional e social.

O PDI do IFRS, por meio do plano de gestão, objetiva difundir informações, definindo ações como a constituição de políticas e ações de difusão e integração com as comunidades internas e externas; criação de mecanismos de comunicação entre os câmpus; e, criação e manutenção de um canal permanente com a mídia. A comunicação com a sociedade no IFRS é coordenada pela Assessoria de Comunicação, que definiu metas e ações, quais sejam:

- Produção de material de divulgação institucional e atualização dos sítios eletrônicos da Reitoria e dos câmpus: vídeos institucionais para os câmpus e para a Reitoria; folders de todos os câmpus e com todos os cursos do IFRS; boletins informativos online (newsletter); matérias e releases sobre projetos e ações do IFRS; press-kit; banners para todas as pró-reitorias e para os câmpus; sites para os câmpus em implantação; atualização constante de todos os endereços eletrônicos do IFRS; rádio web; tv web.
- Orientação aos gestores e demais servidores para a consolidação do relacionamento com a mídia: essas ações têm a finalidade de preparar as fontes e os porta-vozes da instituição para apresentar de modo eficiente a divulgação do conhecimento desenvolvido na instituição e levar ao cidadão, e à sociedade em geral, as oportunidades proporcionadas pelo IFRS, através da Organização de media training; elaboração e manutenção de “catálogo de fontes”.
- Informação de dirigentes e demais servidores da Reitoria e dos câmpus sobre notícias da área da Educação: manter os servidores informados sobre o IFRS e outras notícias da área da Educação. Com esse propósito foi realizada a clippagem de matérias referentes, as quais foram enviadas para

todos os servidores.

- Padronização da Comunicação Institucional: assegurar a coerência e a unidade de comunicação do Instituto com a sociedade. Foi prevista a elaboração do Manual de Padronização da Comunicação Institucional, o qual foi elaborado, submetido ao parecer do Colégio de Dirigentes e publicado no site.
- Organização de eventos: planejamento e coordenação de inaugurações de câmpus e aulas inaugurais; auxiliar na organização de audiências públicas; treinamento sobre cerimonial aos câmpus e à Comunicação da Reitoria.
- Organização da identidade visual: divulgar a instituição de forma padronizada, assegurando a coerência e a unidade de comunicação do IFRS, através de crachás de identificação de servidores; placas de sinalização interna para os câmpus em implantação; fachada dos câmpus em implantação; envelopes para todos os câmpus e Reitoria; agenda diária; placas rodoviárias para as 12 cidades na quais o IFRS tem câmpus; identificação dos veículos de serviço e institucionais; pastas para eventos.

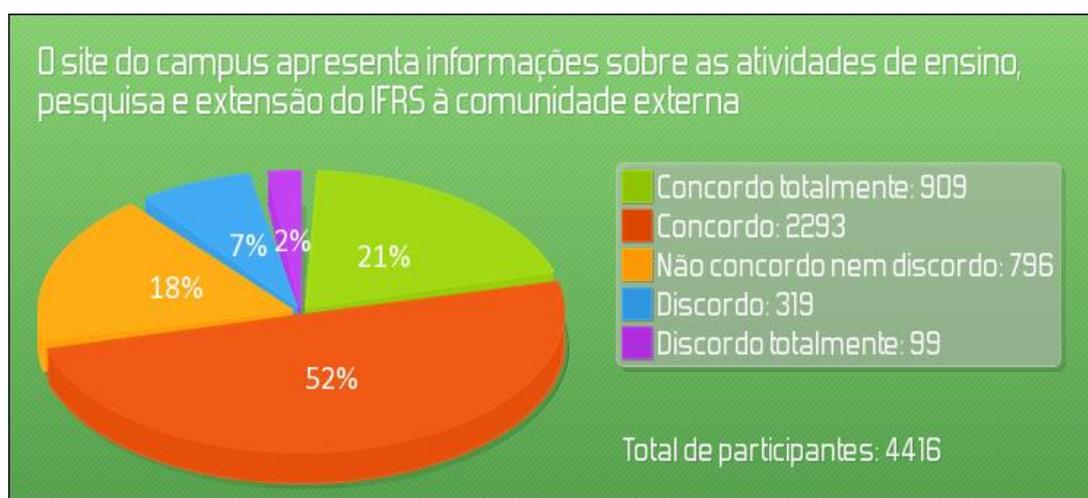
De uma forma geral, percebe-se que as metas definidas estão em fase de implementação/consolidação, necessitando ainda de intensificação de ações e investimentos.

3.1 Percepção da comunidade acadêmica e escolar sobre a comunicação no IFRS

A percepção da comunidade acadêmica e escolar do IFRS sobre a comunicação no IFRS pode ser analisada através dos indicadores 5 e 6 do instrumento de avaliação institucional.



No que se refere ao indicador 5 do Instrumento de Autoavaliação Institucional, “o site do IFRS fornece, com clareza e agilidade, informações sobre o Instituto e seu funcionamento”, 66% dos respondentes (2% a mais que na avaliação anterior) concorda totalmente ou concorda. Apenas 18% afirma discordar e discordar totalmente. Tais números evidenciam, como no relatório anterior, que o site tem sido um importante instrumento de comunicação com a comunidade interna do IFRS. O percentual de participantes que não concordam nem discordam diminuiu 4% em relação ao ano de 2012, ou seja, 16% dos respondentes estão no grupo dos que não concordam nem discordam, o que indica possibilidade de algum comprometimento à eficiência da comunicação interna do IFRS, já que o IFRS é uma instituição que abrange grande faixa de territorialidade e que depende, em grande parte, do site institucional para a comunicação com a comunidade escolar e acadêmica.



Em relação ao indicador 6 do mesmo instrumento, “o site do câmpus apresenta informações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS à comunidade externa”, 73% (7% a mais do que no ano anterior) da comunidade escolar e acadêmica concorda ou concorda totalmente com a assertiva, o que representa um dado bastante significativo em relação às informações colhidas no ano anterior. Não há dúvidas de que houve grande avanço nesse indicador quando comparado ao ano de 2012. Apenas 9% (4% a menos do que na avaliação anterior) dos participantes discordam ou discordam totalmente. Os 18% (4% a menos que na avaliação anterior) que referem que não concordam nem discordam, ainda que seja um número significativo, também estão em decréscimo, o que indica que tendem a continuar diminuindo se as ações voltadas para a comunicação das ações de

ensino, pesquisa e extensão continuarem a acontecer no mesmo sentido que em 2013.



Ainda na Dimensão “Comunicação com a Sociedade”, observa-se que 59% (3% a mais do que na avaliação anterior) dos participantes manifestam concordar ou concordar totalmente com o indicador 7 do Instrumento de Avaliação Institucional, “os meios de comunicação utilizados pelo IFRS são adequados para divulgar suas atividades a comunidade”, sendo que 18% (4% a menos que no ano anterior) manifestam discordar ou discordar totalmente, e os demais 22% não concordam nem discordam. Tais números, superiores a 2012, indicam uma melhora tímida em relação à última avaliação, o que não significa que esse não seja um indicador que mereça atenção da parte dos dirigentes e da área de comunicação do IFRS como um todo.

3.2 Ouvidoria

O acesso à ouvidoria do IFRS se dá por meio do site, através de encaminhamento de mensagem que é enviada para os setores responsáveis. Ainda se faz necessária maior estruturação desse setor.

3.3 Ações de superação 2013-2014

No que se refere à Dimensão 4, o IFRS vem trabalhando na implementação de processos que possibilitem e ampliem a comunicação com a sociedade. Ainda em relação aos dados obtidos em 2013, mesmo que constatados avanços

importantes, podem-se indicar algumas estratégias de melhoria nos processos de comunicação, quais sejam:

- Ampliar a representação do câmpus em associações, conselhos e entidades representativas;
- Incentivar a realização de ações de ensino, pesquisa e extensão que envolvam a comunidade interna e externa;
- Criar e qualificar estratégias que melhorem a comunicação entre os setores do câmpus e a direção;
- Criar e qualificar estratégias que melhorem a comunicação entre os setores dos câmpus e a comunidade acadêmica;
- Criar e potencializar estratégias que melhorem a comunicação entre a Reitoria e os câmpus;
- Estruturar a ouvidoria.

4. AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Este item refere-se à Dimensão 5 do SINAES.

As políticas de pessoal e de carreira do corpo docente e técnico-administrativo estão descritas no PDI do IFRS. O plano de carreira de docentes e de técnicos-administrativos ainda está em fase de implementação.

4.1 PERFIL DOCENTE - TITULAÇÃO

A análise dos quadros permite observar que houve um crescimento significativo em relação à titulação dos docentes do IFRS, com maior concentração entre mestres e doutores. No entanto, há que se atentar para áreas e câmpus cujos docentes não estão concentrados entre mestres e doutores (o IFRS ainda conta com um corpo docente de 12,93% de professores graduados e especialistas). Essa é uma das preocupações pontuais da CPA, sendo que a questão já foi alvo e encaminhamento de ofício à Reitoria em 2011.

Docentes Efetivos	Número	Percentual
Nº de docentes graduados	44	7,4
Nº de docentes especialistas	79	13,29%
Nº de docentes mestres	317	53,36%
Nº de docentes doutores	154	25,92%
TOTAL	594	100%

Total de docentes do IFRS com titulação – 2011

Docentes Efetivos	Número	Percentual
Nº de docentes graduados	41	6,21%
Nº de docentes especialistas	72	10,91%

Nº de docentes mestres	365	55,30%
Nº de docentes doutores	182	27,58%
TOTAL	660	100%

Total de docentes do IFRS com titulação – 2012

Docentes Efetivos	Número	Percentual
Nº de docentes graduados	24	3,45%
Nº de docentes especialistas	66	9,48%
Nº de docentes mestres	365	52,44%
Nº de docentes doutores	213	30,60%
TOTAL	696	100%

Total de docentes do IFRS com titulação – 2013

4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Percebe-se, pela análise do quadro abaixo, que o número de servidores técnicos-administrativos cresceu significativamente (de 377 em 2010 para 479 em 2011), o que representa um avanço em relação às ações de superação indicadas em 2010.

Classe dos Técnicos	Número	Percentual
Classe A	34	7,09%
Classe B		
Classe C	70	14,6%
Classe D	203	42,3%
Classe E	172	35,9%
Total	479	100%

Total de técnicos-administrativos do IFRS por categoria - 2011

O IFRS nos anos de 2012 e 2013 recebeu novos servidores técnicos administrativos, respectivamente, que podem representar possibilidades de qualificação processos administrativos e acadêmicos:

Classe dos Técnicos	Número	Percentual
Classe A	34	6%

Classe B		
Classe C	85	16%
Classe D	243	45%
Classe E	179	33%
Total	541	100%

Total de técnicos-administrativos do IFRS por categoria - 2013

4.3 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE E FORMAS DE SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Os relatórios das SPAs demonstram que os câmpus desenvolvem ações diferenciadas em relação à capacitação e acompanhamento do trabalho docente (ações como processos de acompanhamento e de avaliação do estágio probatório, formação pedagógica continuada, apoio à participação em eventos, dentre outros). A Diretoria de Gestão de Pessoas vinculada à Reitoria, em conjunto com as Diretorias dos Campus, vem discutindo e construindo com os servidores um Plano de Capacitação Institucional.

4.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2013-2014

As propostas de ações de superação levantadas pelas SPAs junto às direções dos câmpus podem ser descritas de forma geral, conforme segue:

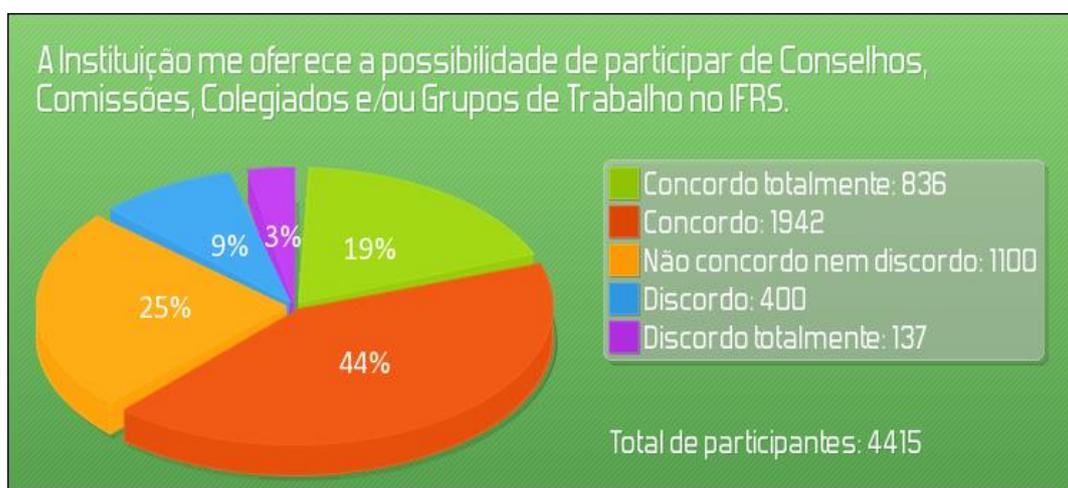
- Promover cursos de aperfeiçoamento e formação aos servidores;
- Incentivar a realização de cursos de pós-graduação, através da ampliação de afastamentos parciais e/ou totais e de subsídios aos docentes em formação;
- Revisão da distribuição da carga horária do docente 40 horas DE, a fim de permitir um equilíbrio maior entre os três eixos do trabalho do mesmo, a saber, ensino, pesquisa e extensão.
- Incentivar a capacitação dos servidores técnico-administrativos, através da liberação para realização de cursos, inclusive de pós-graduação, e do fornecimento de subsídios.

5 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Os dados dessa dimensão estão relacionados à organização e à gestão do IFRS, especialmente no que se refere a questão da representatividade dos colegiados e órgãos representativos, sua dependência e autonomia, bem como a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios. Através do instrumento de avaliação institucional, pode-se analisar a percepção da comunidade interna em relação à gestão do IFRS.

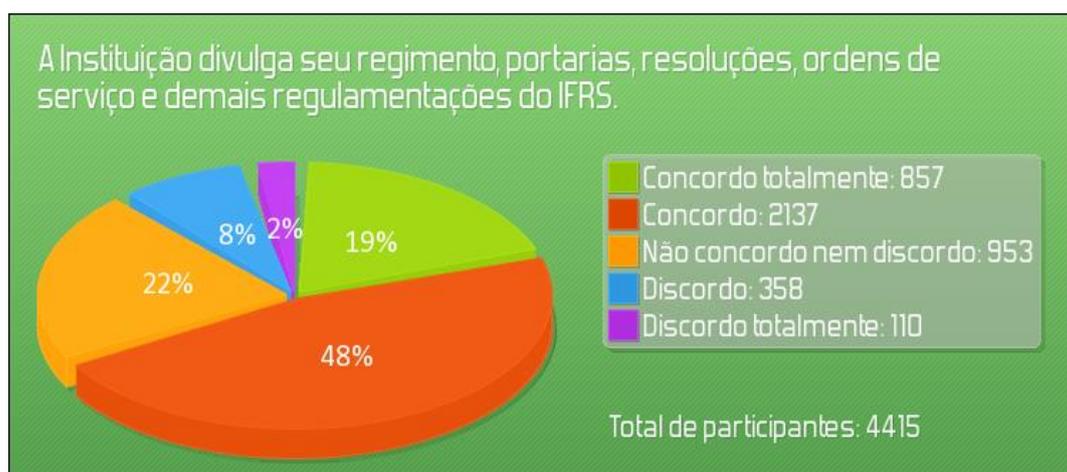
5.1 GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional no IFRS pode ser analisada a partir dos resultados relativos aos indicadores 8 e 9 do instrumento de avaliação institucional.



No No indicador 8 do Instrumento de Avaliação Institucional, “a Instituição me oferece a possibilidade de participar de Conselhos, Comissões, Colegiados e/ou Grupos de Trabalho no IFRS”, 63% dos participantes posicionam-se entre concordar totalmente e concordam. Entre os que discordam e discordam totalmente identifica-se 12%, o que representa uma pequena parcela da comunidade escolar e acadêmica. Entretanto, 25% manifestam que não concordam nem discordam, o que pode representar uma parcela significativa da comunidade que não está tendo a oportunidade de participar ativamente da gestão do IFRS como representantes nos

conselhos, comissões, colegiados ou grupos de trabalho, especialmente se somados àqueles que discordam e discordam totalmente (totalizando 37% da comunidade escolar e acadêmica). Em relação à avaliação anterior, observa-se que não houve alteração nas respostas que envolviam a concordância e, apenas a diminuição de 1% no grupo dos que discordavam, que foi repassado para o grupo dos que não concordavam nem discordavam. Nesse sentido, observa-se estagnação nesse indicador, o que indica que ações importantes devam ser tomadas no sentido das participações colegiadas e de sua divulgação.



Com relação ao indicador 9 do Instrumento de Autoavaliação Institucional, “a Instituição divulga seu regimento, portarias, resoluções, ordens de serviço e demais regulamentações do IFRS”, observa-se que 67% (4% a mais do que na avaliação anterior) dos participantes avalia que concorda ou concorda totalmente. 10% (3% a menos do que em 2012) julga discordar ou discordar totalmente, e 22% manifesta-se por não concordar nem discordar. Ainda que nesse indicador se perceba avanço em relação a 2012, faz-se necessário que sejam implementadas ações de divulgação e discussão dos documentos orientadores da missão e dos processos institucionais.

5.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2013-2014

A CPA e SPAs, ao promoverem a autoavaliação nos câmpus e na Reitoria, contribuíram para a construção de um diagnóstico relativo às possibilidades de participação da comunidade acadêmica, bem como à sua disponibilidade de

participar de comissões, conselhos, dentre outros. Verifica-se que em 2013 houve uma certa estagnação nas avaliações no que tange continuidade à participação na gestão. Pode-se, portanto, apontar como ações de superação para 2014:

- Consolidar a implementação do Regimento dos câmpus, bem como de seus Conselhos Representativos;
- Garantir a participação da sociedade civil organizada em conselhos representativos;
- Diversificar e qualificar os canais de divulgação, para que um maior conjunto de pessoas seja informada das ações executadas pelos conselhos e órgãos colegiados;
- Implementar uma política institucional de apoio aos Diretórios Acadêmicos;
- Intensificar e qualificar ainda mais o processo de divulgação das portarias, regimentos e ordens de serviços;
- Consolidar os mecanismos de participação da comunidade acadêmica nos processos de gestão e organização da instituição, a fim de tornar mais horizontal e democrático o seu funcionamento e/ou desenvolvimento.

6. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

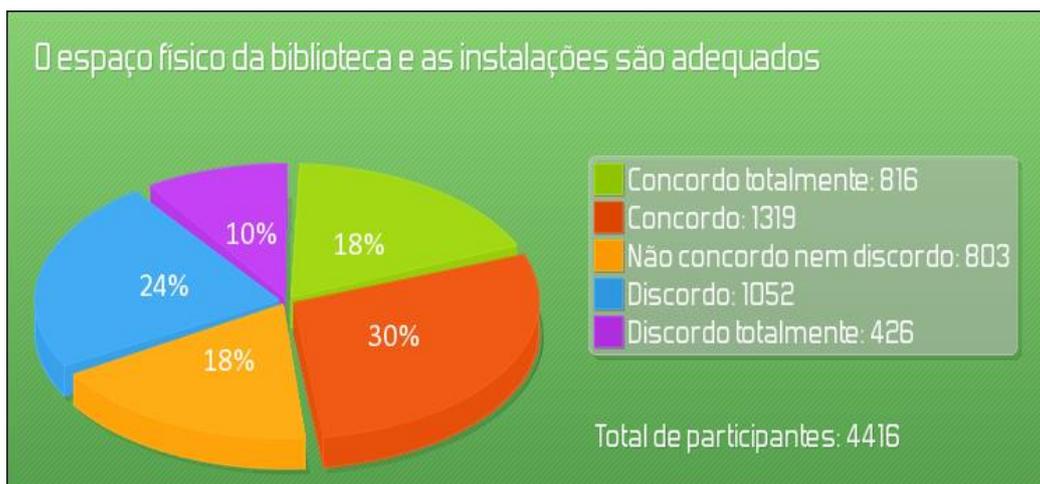
6.1 INSTALAÇÕES GERAIS DO IFRS

Os dados e a análise aqui apresentados referem-se à Dimensão 7 do SINAES.

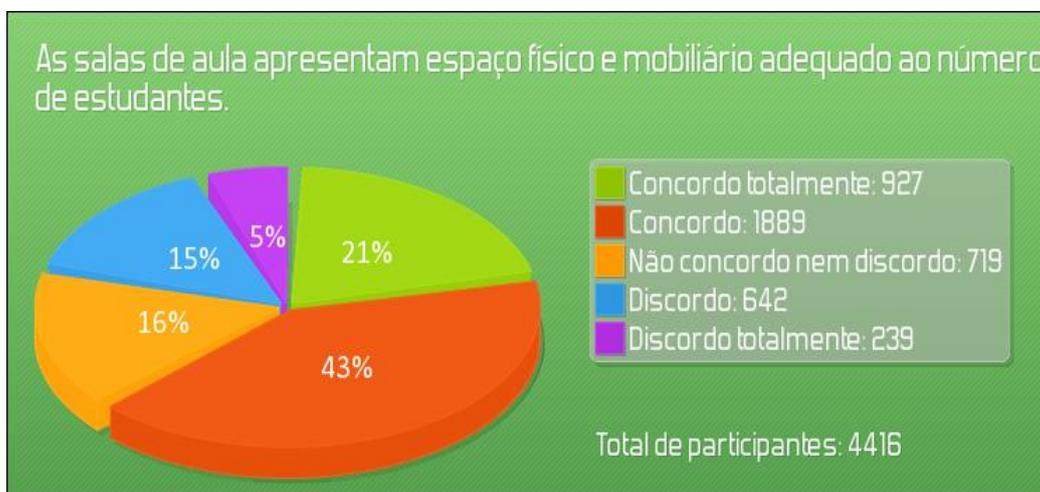
As instalações gerais do IFRS podem ser analisadas pelos resultados dos indicadores 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do instrumento de avaliação institucional, conforme segue:



A análise dos resultados demonstra que apenas 40% dos participantes da avaliação institucional online concorda plenamente ou concorda que o acervo do IFRS tem qualidade e quantidade de livros na biblioteca adequados (indicador 10 do instrumento de autoavaliação institucional). 23% não concordam ou discordam. O resultado de 36% que responderam que discordam ou concordam totalmente se avizinha aos números da percepção positiva. Embora a avaliação positiva apresente um modesto crescimento em relação a 2012, ainda permanece a indicação de que o IFRS e seus câmpus precisam continuar investindo maciçamente na aquisição das obras necessárias, tanto no que se refere a quantidade quanto à qualidade do acervo.

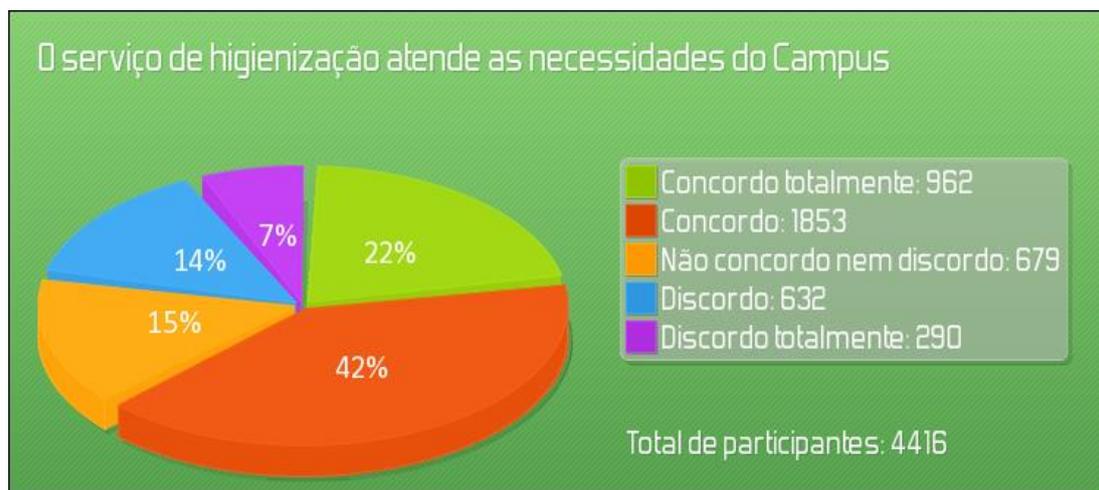


No indicador 11 do instrumento de Autoavaliação Institucional, “o espaço físico da biblioteca e as instalações são adequados”, 48% dos respondentes estão no grupo que concorda com a assertiva, enquanto 34% estão no grupo que discorda. 18% não concorda nem discorda. Apesar de as respostas indicarem um avanço significativo nas respostas de natureza satisfatória, o número de apreciações negativas ou indiferentes permanece muito significativo. Nesse sentido, é urgente que o olhar e o investimento sobre as instalações das bibliotecas assim como sobre a organização de seus espaços físicos sejam revistos.

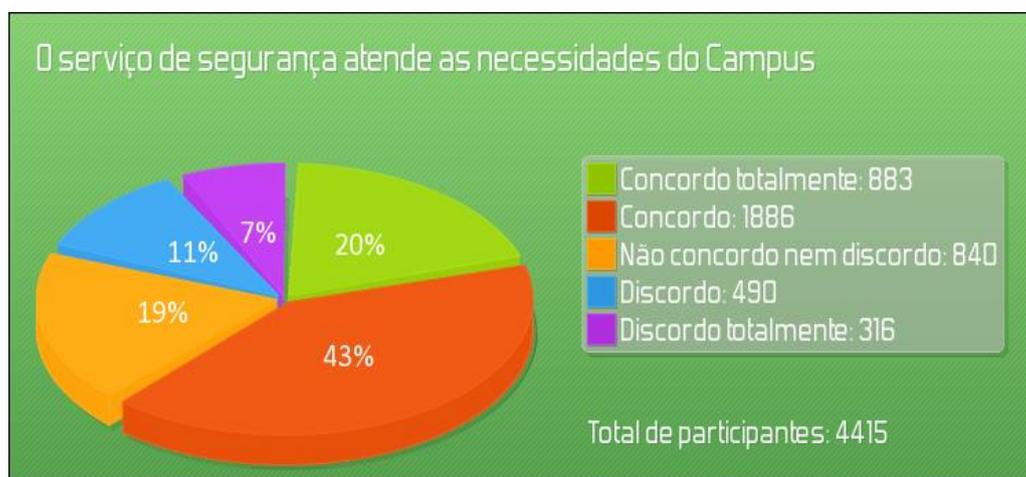


Com relação ao indicador 12 do Instrumento de Autoavaliação Institucional, “as salas de aula apresentam espaço físico e mobiliário adequado ao número de estudantes”, percebe-se que 64% dos respondentes indica concordar ou concordar plenamente, sendo que 20% discorda ou discorda totalmente, seguidos por 16% que afirmam não concordar nem discordar. Observa-se que a satisfação em relação aos espaços e mobiliário de sala de aula aumentou em relação a 2012. Contudo, há

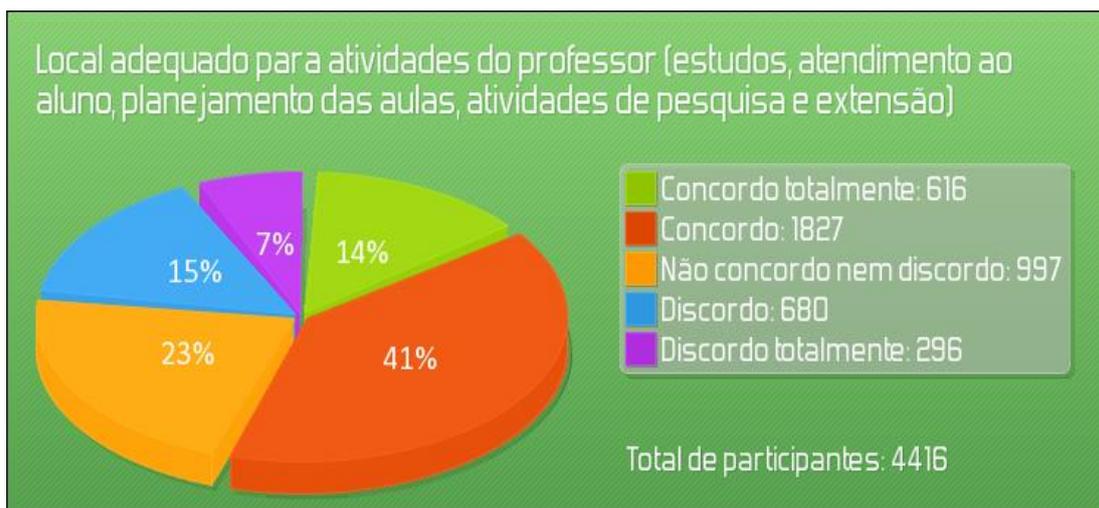
que se continuar investindo, tendo em vista que a quantidade de respostas negativas ou indiferentes ainda é significativa.



Nas respostas relativas ao indicador 13 do mesmo instrumento “o serviço de higienização atende as necessidades do câmpus”, 64% apontam concordar ou concordar totalmente, sendo que 21% apontam discordar ou discordar plenamente. Apenas 15% posicionam-se em não concordo nem discordo.

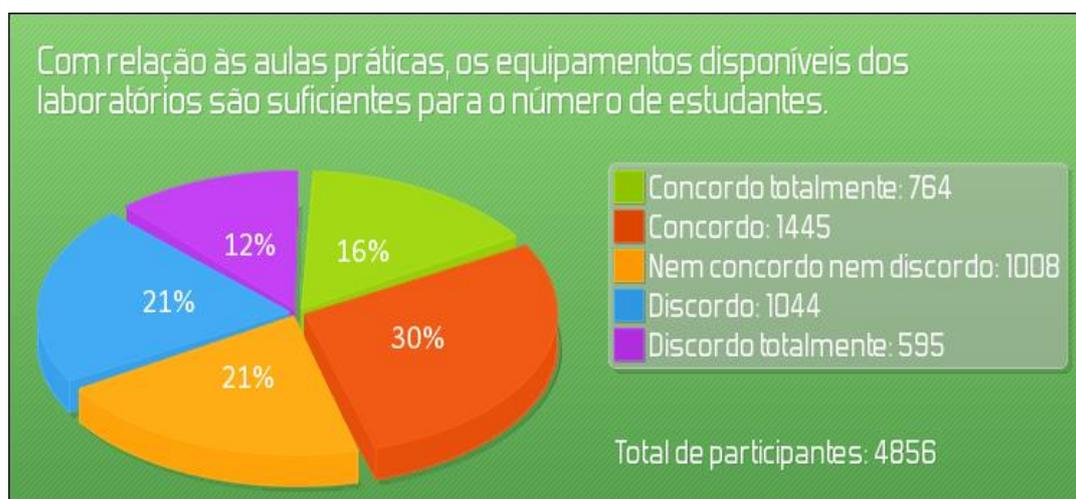


Com relação ao indicador 14 do mesmo Instrumento, “O serviço de segurança atende as necessidades do Câmpus”, pode-se verificar avanço em relação ao relatório de 2012, 63% dos respondentes manifestaram concordar ou concordar totalmente. 19% manifestaram nem concordar nem discordar e apenas 18% discordam ou discordam totalmente. Esses percentuais indicam uma ampliação da satisfação em relação ao serviço de segurança nos campus e Reitoria.



Por fim, no indicador 15 do Instrumento de Avaliação Institucional, “local adequado para atividades do professor (estudos, atendimento ao aluno, planejamento das aulas, atividades de pesquisa e extensão)”, identifica-se 55% dos participantes entre os critérios concordo ou concordo plenamente, 22% que discordam ou concordam totalmente e 23% que não concordam e não discordam. Tais números indicam um aumento na satisfação em relação aos espaços de trabalho para os docentes em comparação com os resultados de 2012.

Ainda na Dimensão 7 do SINAES, o instrumento de avaliação de cursos do IFRS conta com o indicador 3, que avalia as condições dos laboratórios específicos dos cursos, conforme segue:



Analisando os dados da avaliação institucional online, observa-se que 46% dos alunos indicam que concordam ou concordam plenamente com a qualidade, e disponibilidade de equipamentos para as aulas práticas. 34% de estudantes referem discordar ou discordar totalmente da assertiva e 21% nem concordam e nem discordam. Esses dados remetem para a necessidade premente e já relatada no

relatório de 2012 de conclusão e/ou implantação de laboratórios equipados com capacidade para acolher com qualidade todos os estudantes.

6.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2013-2014

A análise dos resultados da autoavaliação do IFRS, ainda que melhor do que em 2012, permite verificar que a instituição segue apresentando muitas dificuldades em relação à infraestrutura: atraso de obras para os câmpus novos que ainda permanecem nas sedes provisórias ou se instalaram nas novas sedes, ainda que em fase de acabamento e em condições inadequadas ou precárias, reforma dos câmpus mais antigos, falta de laboratórios, problemas de ventilação nas salas, espaço físico, acervo e informatização das bibliotecas, falta de espaço físico adequado às atividades de pesquisa, falta de espaço físico para trabalho dos docentes, dentre outros.

7. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os dados apresentados nesse item referem-se à Dimensão 8 do SINAES.

7.1 SPAS E CPA: AUTOAVALIAÇÃO

Realizando uma retrospectiva da atuação da CPA no IFRS cabe destacar que desde 2011 a CPA, juntamente com as SPAs, vem realizando um processo bastante aberto e democrático de discussão dos resultados das Autoavaliações. Tal processo envolve a Reitoria, as Direções dos câmpus e a comunidade interna em geral. Além de buscar contribuir com a implementação de ações de superação, a CPA/SPA teve e tem como principal objetivo fomentar a cultura da avaliação institucional, como ferramenta de monitoramento qualitativo das ações institucionais e recurso fundamental para a elaboração do planejamento da gestão.

Nesse sentido, em 2012 e 2013, por meio do Programa Institucional de Autoavaliação do IFRS (PAI IFRS), os resultados da avaliação institucional têm se constituído em subsídio imprescindível para o trabalho da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, bem como para a totalidade dos câmpus.

Progressivamente observa-se que a cultura da avaliação vem se instaurando na instituição como um todo, o que representa a ação educativa da CPA e das SPAs no sentido da conscientização da comunidade quanto ao entendimento de que a avaliação é um processo indispensável no desenvolvimento institucional, e dela depende a elaboração de estratégias voltadas à realização dos avanços necessários para o cumprimento de sua missão.

7.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS

Considerando que o IFRS é uma instituição que se constituiu em 2008, a implantação dos cursos de graduação ainda está em processo. Nesse sentido, nem todos os cursos foram avaliados. Contudo, no que se refere aos cursos que já tiveram avaliação in loco, pode-se afirmar que o IFRS é uma instituição que

caminha para a excelência, na medida em que obteve conceito 4 na maioria das avaliações, e conceito 5, após divulgação dos resultados do ENADE, nos cursos Superiores em Tecnologia de Processos Gerenciais ofertado pelo Câmpus Porto Alegre e de Logística ofertado pelo Câmpus Bento Gonçalves. Segue abaixo quadro demonstrativo dos cursos de graduação e respectivos conceitos obtidos nos anos de 2012 e 2013:

CURSOS COM AVALIAÇÃO EXTERNA - EM 2013		
CÂMPUS	CURSO	CONCEITO DE CURSO
Bento Gonçalves	CST em Alimentos	4
	Licenciatura em Física	3
	CST Viticultura e Enologia	4
	CST em Logística	4
	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4
	Pedagogia	4
Canoas	CST Automação Industrial	3
	CST Logística	4
Porto Alegre	CST em Gestão Ambiental	4
	CST em Processos Gerenciais	5
	CST em Sistemas para Internet	4
Rio Grande	CST em Construção de Edifícios	3
	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3
Sertão	CST Tecnologia de Alimentos	4
	CST Gestão Ambiental	3

7.3 AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SINAES/MEC

Ao longo dos anos de 2011, 2012 e 2013 os câmpus vêm se preparando para atender às dimensões e indicadores definidos pelos SINAES. Para tanto, foram realizadas reuniões com servidores docentes, técnico-administrativos e alunos. Os câmpus que já receberam comissões de avaliadores externos têm orientado suas ações na perspectiva de superação das fragilidades apontadas, assim como a instituição como um todo.

Cabe continuar a destacar que o IFRS tem uma dificuldade pontual em relação ao ENADE e aos indicadores que daí advêm: uma em relação ao próprio Ciclo do SINAES, que por sua periodicidade e frequência de ingresso dos

estudantes talvez não possam lograr de participação integral ou parcial (de integrantes ou concluintes), o que não permitirá a definição dos indicadores e conceitos do próprio curso e da instituição.

7.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2013-2014

Como já mencionado no relatório de 2012, no âmbito da Avaliação Institucional, cabe à CPA e às SPAs o esforço para consolidação da proposta e da cultura de Autoavaliação Institucional. As primeiras experiências de avaliação institucional multicâmpus, embora tenham representado um grande desafio, foram consideradas exitosas, principalmente no que se refere à participação da comunidade escolar e acadêmica no processo de avaliação institucional online. No entanto, apesar de todo investimento no processo de divulgação e sensibilização realizados em 2011, 2012 e 2013, cabe definir algumas ações de superação no âmbito da avaliação institucional para 2014:

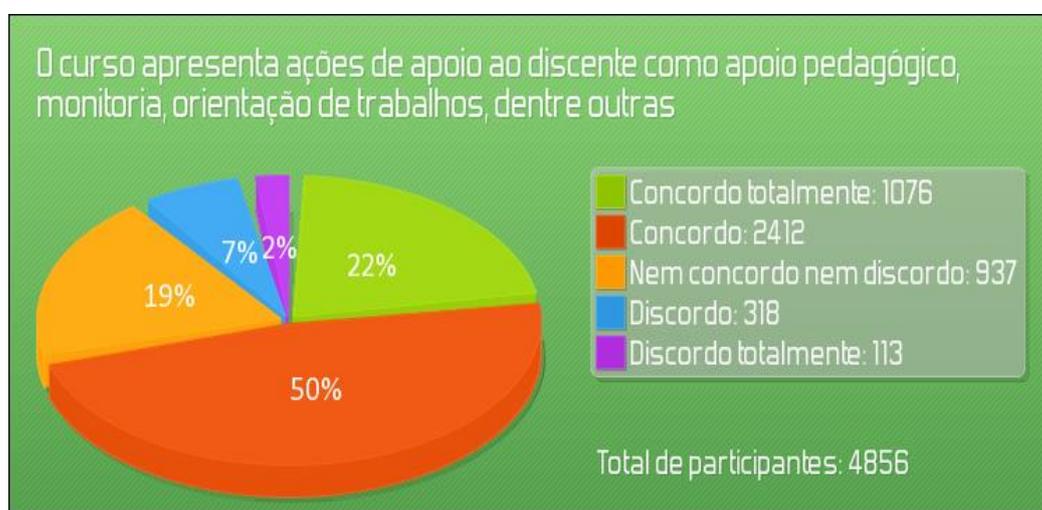
- Fortalecer as ações de sensibilização junto às Direções de câmpus para completa adesão ao Programa de Autoavaliação;
- Intensificar as ações de sensibilização para participação dos estudantes nas avaliações externas;
- Fomentar momentos de sensibilização e capacitação das Direções e Coordenadores de Cursos para as avaliações externas do SINAES, considerando que muitos cursos de graduação ainda devem entrar em processo de Reconhecimento de Cursos;
- Ampliar a divulgação, pelas SPAs, dos indicadores e critérios definidos pelo SINAES para as avaliações externas;
- Contribuir para a implementação da Ouvidoria;
- Consolidar o Programa de Avaliação e Acompanhamento de Egressos vinculado ao Programa de Avaliação Institucional, conforme previsto do PAI IFRS;
- Consolidar as ações de Metaavaliação do Programa de Avaliação Institucional e definição de adequações do mesmo;
- Aprimorar o Portal da CPA, priorizando a facilidade e a qualidade na comunicação.

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

Os dados apresentados e analisados nesse item referem-se à Dimensão 9 do SINAES.

8.1 Políticas de acesso, seleção e permanência e implementação de ações concretas, bem como de seus resultados

O indicador 6 do instrumento de avaliação de cursos é uma importante referência para a análise da implementação das políticas de permanência dos estudantes no IFRS, conforme gráfico abaixo:



Os resultados da manifestação dos estudantes em relação ao indicador 6 do instrumento de avaliação de cursos do IFRS – “O curso apresenta ações de apoio ao discente como apoio pedagógico, monitoria, orientação de trabalhos, dentre outras”, indica que 77% (10% a mais do que na avaliação anterior) desses concordam ou concordam plenamente com a existência dessas ações. Tais resultados indicam que o IFRS vem ampliando as ações de apoio à permanência dos estudantes em seus cursos. Somente 9% dos respondentes discordam da assertiva e 19% nem concorda nem discorda. Os dados obtidos revelam um grande avanço em relação ao ano anterior e evidenciam que a ampliação dessas ações vem sendo realizada no sentido de que a instituição cumpra o plano de metas nos quesitos de eficiência e eficácia da permanência.

8.2. Descrição do programa de avaliação e acompanhamento de egressos e seus resultados.

No ano de 2013 foi implementado no instrumento de auto avaliação um formulário específico para os egressos da instituição. Apesar da ampla divulgação, a quantidade de respostas obtidas não foi satisfatória. Indica-se que a divulgação e a diversificação dessa coleta específica deva acontecer para que se possa colher os dados relativos aos profissionais formados no IFRS.

8.2 Ações de superação 2013-2014

A avaliação da dimensão 9 do SINAES permite verificar que o IFRS, apesar dos avanços, necessita consolidar a política de atendimento aos estudantes, conforme já anunciado no relatório anterior. Questões como políticas de acesso, inclusão e apoio à permanência precisam se ampliadas e consolidadas, respeitando as características e necessidades específicas de cada câmpus e do IFRS em geral.

O programa de avaliação e acompanhamento de egressos precisa ser implementado de modo que haja participação efetiva dos mesmos. Tais dados são fundamentais para a renovação das estruturas curriculares dos cursos, bem como para a reflexão em torno da qualidade de ensino da instituição e de sua relação com o mundo do trabalho.

9. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta dimensão volta-se para a sustentabilidade financeira apresentada pela instituição. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como uma instituição pública e federal busca a inserção no meio social garantindo o exercício pleno da cidadania, conhecimento e colocação no mundo do trabalho. Para cumprir este papel conta com recursos específicos que são inteiramente voltados para a educação no IFRS.

Com estes recursos o Instituto Federal do Rio Grande do Sul procura formular ações que consigam cumprir, e mesmo superar, o Plano de Desenvolvimento Institucional assim como o Termo de Metas. Para acompanhamento destes aspectos, destacamos os seguintes indicadores:

No ano de 2013 o Instituto Federal do Rio Grande do Sul apresentou um orçamento total de R\$ 216.190.982,00 (Duzentos e dezesseis milhões cento e noventa mil novecentos e oitenta e dois reais). Nota-se que segundo os métodos de cálculo para Indicadores de Gestão – EPT determinados no Acordo 2.267/2005-TCU, o total de investimentos e inversões financeiras foi destinado especificamente:

Reitoria	R\$ 164.273.623,35
Câmpus Farroupilha	R\$ 1.496.904,07
Câmpus Feliz	R\$ 452.699,23
Câmpus Ibirubá	R\$ 1.647.204,84
Câmpus Bento Gonçalves	R\$ 7.937.197,61
Câmpus Canoas	R\$ 3.385.857,59
Câmpus Caxias do Sul	R\$ 6.278.329,29
Câmpus Erechim	R\$ 3.797.916,27
Câmpus Osório	R\$ 2.742.583
Câmpus Porto Alegre	R\$ 6.997.398,77
Câmpus Restinga	R\$ 3.181.538,68
Câmpus Rio Grande	R\$ 8.327.696,78
Câmpus Sertão	R\$ 11.031.512,21

Podemos observar um significativo investimento em pessoal, investimento

este que objetiva sanar as necessidades que surgem em razão do crescimento e do desenvolvimento da instituição. No ano de 2012 o investimento em pessoal foi de R\$ 109.368.349,00 (Cento e nove milhões trezentos e sessenta e oito mil trezentos e quarenta e nove), já em 2013 o valor mudou para R\$ 140.108.601,00 (cento e quarenta milhões cento e oito mil seiscentos e um reais).

O investimento em custeio diminuiu. Em 2012 utilizou-se R\$ 38.686.353,77 (Trinta e oito milhões seiscentos e oitenta e seis mil trezentos e cinquenta e três com setenta e sete), sendo que em 2013 o valor gasto foi de R\$ 33.653.639,00 (trinta e três milhões seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e trinta e nove reais).

9.1 Compatibilidade entre o termo de metas e a alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de acervo, de equipamentos e materiais

No ano de 2013, não houve uma ação específica para acervo bibliográfico. O orçamento recebido foi dividido em um montante único para os diversos câmpus que planejaram os investimentos em atualização de acervo, de equipamentos e materiais conforme Planejamento Estratégico e planilha orçamentária específicos.

9.2 Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo

Para capacitação foi disponibilizado pela Lei Orçamentária Anual - LOA, valores específicos e significativos destinados a esse fim. Do montante disponibilizado, uma parcela foi destinada ao pagamento do curso de doutorado em educação, oferecido a 16 servidores do IFRS e a outra parcela para atender a capacitação dos demais servidores. Há que se destacar que dos R\$168.900.119, 72 recebidos pela Pró-Reitoria de Administração foram liquidados R\$159.824.676,50. Parte do valor excedente foi executado pela PROAD no atendimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O IFRS tem realizado anualmente levantamento das necessidades de

capacitação dos servidores e vem se empenhado em atender às demandas propostas, conforme o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS (Resolução Consup n.83/2012). Merecem destaque os projetos “Diretoria de gestão de Pessoas nos câmpus” e a capacitação de servidores que atuam na área de Recursos Humanos do IFRS.

Destaca-se, contudo, que o investimento na capacitação dos servidores deve ser intensificado. Ainda que 64,81% dos valores recebidos sejam destinados aos gastos com pessoal, faz-se necessária a construção de uma política consistente de formação permanente do servidor. A qualidade da instituição depende da qualidade de seus servidores.

9.3 Alocação de recursos para apoio discente

Na ação governamental destinada especificamente a assistência ao educando, foi disponibilizado R\$10.111.524,00 (dez milhões cento e onze mil quinhentos e vinte e quatro reais). Em relação a 2012, houve uma ampliação do recurso mais do que considerável, já que o valor recebido foi maior do que o dobro do montante pago em 2012. Tal acréscimo é fruto, principalmente, do aumento do número de alunos no Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

9.4 Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do ensino básico, técnico, superior e de pós-graduação

Os câmpus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul continuam demonstrando necessidade de ampliação de investimentos para poderem suprir demandas em relação a cursos de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado tendo em vista a complexidade necessária para abertura do oferecimento dos mesmos.

9.5 Ações de superação 2013-2014

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul ainda enfrenta problemas quanto a atrasos em obras, descontentamento recorrente, demonstrado tanto no relatório de autoavaliação do ano anterior quanto no presente. Em relação aos anos anteriores, o Instituto Federal permanece, apesar dos problemas supracitados, ampliando seu número de alunos.

No que se refere à oferta de vagas, a tabela abaixo explicita a situação de oferta de cursos do IFRS em comparação a 2012:

	Número de vagas em 2012	Número de vagas em 2013
Reitoria	ND	ND
Câmpus Farroupilha	660	231
Câmpus Feliz	80	96
Câmpus Ibirubá	802	220
Câmpus Bento Gonçalves	501	465
Câmpus Canoas	116	176
Câmpus Caxias do Sul	220	82
Câmpus Erechim	521	540
Câmpus Osório	610	260
Câmpus Porto Alegre	949	1346
Câmpus Restinga	390	206
Câmpus Rio Grande	904	888
Câmpus Sertão	586	477

Fonte: SIMEC, SISTEC e Pesquisa Institucional/IFRS

A média total de candidatos por vagas oferecidas foi de 5,312 no ano de 2013. A média por câmpus foi:

CÂMPUS	MÉDIA DE CANDIDATOS POR VAGA
BENTO GONÇALVES	1,38
SERTÃO	4,05
FELIZ	4,18

RIO GRANDE	1,92
PORTO ALEGRE	4,70
CAXIAS DO SUL	5,70
IBIRUBÁ	0,00
ERECHIM	6,78
FARROUPILHA	2,70
CANOAS	32,63
RESTINGA	20,03
OSÓRIO	3,32
TOTAL IFRS	5,31

Os dados apresentados revelam que o IFRS vem se consolidando junto à comunidade enquanto instituição de referência na educação profissional. O número de oferta de vagas de 2012 para 2013 não apresentou, no cômputo geral, mudanças significativas.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2013 houve mudança na composição da CPA e das SPAs do IFRS. Observa-se que os processos de autoavaliação vêm se consolidando progressivamente, do mesmo modo que todas as práticas e processos de natureza acadêmica e administrativa.

À CPA e SPAs dos câmpus cabe intensificar o processo de sensibilização para a participação efetiva de todos os segmentos do IFRS nos processos avaliativos, bem como prosseguir na mediação ativa entre os resultados da avaliação e as práticas e políticas planejadas e/ou implementadas pela equipe gestora.